MONITORAMENTO DOS EFEITOS DA NOVA POLÍTICA URUGUAIA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE *CANNABIS* SOBRE A ZONA DE FRONTEIRA: VITIMIZAÇÃO E PERCEPÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS NA FRONTEIRA BRASILEIRA COM O URUGUAI

Relatório de Pesquisa

ipea

MONITORAMENTO DOS EFEITOS DA NOVA POLÍTICA URUGUAIA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE *CANNABIS* SOBRE A ZONA DE FRONTEIRA: VITIMIZAÇÃO E PERCEPÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS NA FRONTEIRA BRASILEIRA COM O URUGUAI

Relatório de Pesquisa

ipea

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro Dyogo Henrique de Oliveira

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
João Alberto De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Regina Alvarez

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

MONITORAMENTO DOS EFEITOS DA NOVA POLÍTICA URUGUAIA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE *CANNABIS* SOBRE A ZONA DE FRONTEIRA: VITIMIZAÇÃO E PERCEPÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS NA FRONTEIRA BRASILEIRA COM O URUGUAI

Relatório de Pesquisa

ipea

Rio de Janeiro, 2017

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2017

Equipe técnica

Autores
Alexandre dos Santos Cunha – Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

Danilo Santa Cruz Coelho – Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea.

Claudia Jakelline Barbosa e Silva – Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diest/Ipea.

Joana Simões de Melo Costa – Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Milena Karla Soares – Técnica de desenvolvimento e administração na Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional de Projetos e Pesquisa da Presidência (Aspla) do Ipea.

Olívia Alves Gomes Pessoa – Pesquisadora do PNPD na Diest/Ipea.

Pesquisa desenvolvida no quadro do Protocolo de Rivera, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em 16 de dezembro de 2014.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7
2 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE PERCEPÇÃO SOCIAL 8
3 DESCRIÇÃO DO PLANO AMOSTRAL 9
4 QUESTIONÁRIO E SUA APLICAÇÃO 11
5 RESULTADOS 12
REFERÊNCIAS 40
ANEXO A 42
ANEXO B 43
ANEXO C 44
ANEXO D 45

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste relatório é apresentar os resultados da primeira rodada da pesquisa *Vitimização e Percepção Social em Políticas sobre Drogas na Fronteira Brasileira com o Uruguai*, realizada pelo Ipea durante o mês de agosto de 2016. São resultados preliminares, pois o projeto contempla a realização de outras rodadas anuais que possibilitarão a comparação dos dados em painel.

A pesquisa compõe a primeira etapa do projeto *Monitoramento dos Efeitos da Nova Política Uruguaia de Regulação do Mercado de* Cannabis *sobre a Zona de Fronteira*, sob a responsabilidade comum de investigadores brasileiros e uruguaios, no quadro do Protocolo de Rivera, de 16 de dezembro de 2014.

Em 10 de dezembro de 2013, a República Oriental do Uruguai aprovou a Lei nº 19.172, que regulou toda a cadeia de produção, distribuição e consumo de *cannabis* e, ao apresentar uma alternativa ao modo como a questão vem sendo historicamente tratada, gerou expectativas, especulações e incertezas quanto aos impactos internos e internacionais da medida. Com isso, espera-se, em especial, que exista algum efeito direto sobre a segurança, a saúde e as práticas de consumo de drogas da população brasileira residente na faixa de fronteira entre os dois países, dada a forte integração e homogeneidade cultural, econômica, étnica e geográfica da região (Neves *et al.*, 2014).

Por essas razões, o Ipea solicitou ao governo uruguaio participação no Comitê Científico Assessor, responsável pelo acompanhamento da nova política, no que foi atendido com a designação de um de seus técnicos para compor o referido colegiado, na qualidade de especialista internacional. Na primeira reunião do Comitê Científico Assessor, realizada em Montevidéu, no Uruguai, nos dias 27 e 28 de março de 2014, a Junta Nacional de Drogas (JND) apresentou ao Ipea uma solicitação para desenvolver, em conjunto com a Universidade da República Oriental do Uruguai (Udelar), um plano de monitoramento dos efeitos da nova política sobre a zona de fronteira entre os dois países, por meio do qual pudessem ser gerados os dados e as análises necessários à produção de um documento de avaliação, ao final de um período de quatro anos.

Em conjunto com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) do Ministério da Justiça, o Ipea negociou a elaboração de um plano de monitoramento composto por dois eixos: economia e segurança pública, sob responsabilidade do Ipea, e saúde pública e práticas de consumo de drogas, a cargo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). De modo a produzir dados comparáveis sobre os dois lados da fronteira, construiu-se a metodologia empregada nesses estudos e pesquisas, em diálogo com pesquisadores vinculados à JND e à Udelar.

Esse desenho recebeu a validação dos governos de ambos os países, durante o Encontro Binacional Brasil-Uruguai sobre Políticas de Drogas na Fronteira, promovido pela Senad e pela JND em Rivera, no Uruguai, no dia 16 de dezembro de 2014. Os respectivos projetos de pesquisa restaram consolidados e homologados pelos governos de ambos os países, em oficina de trabalho realizada na JND, em Montevidéu, em 13 de fevereiro de 2015.

Logo, esta pesquisa encontra-se inserida numa rede compreensiva de iniciativas de monitoramento dos efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de *cannabis* na zona de fronteira, envolvendo a coordenação e a cooperação de múltiplas organizações, tanto no Brasil quanto no Uruguai. Por meio desses esforços, pretende-se gerar, ao longo

do período 2015-2018, uma série de dados e análises que permitam a elaboração de um documento de avaliação.

Nesse contexto, por meio das atividades desenvolvidas pelo Ipea pretende-se:

1) Monitorar a percepção social da população residente na zona de fronteira, em temas relativos à segurança e políticas sobre drogas, bem como as taxas de vitimização em delitos de drogas e conexos.
2) Avaliar a percepção dos agentes de segurança e dos atores que compõem o sistema de justiça criminal na zona de fronteira, em temas relativos à segurança e políticas sobre drogas.
3) Avaliar os efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de *cannabis* sobre os níveis de criminalidade na zona de fronteira, em delitos de drogas e conexos.
4) Avaliar os efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de *cannabis* sobre o mercado ilícito de drogas na zona de fronteira.

A pesquisa apresentada neste relatório busca atender ao primeiro objetivo, com a realização de rodadas anuais para produção de dados em painel ao longo de quatro anos. Os demais serão contemplados por meio de pesquisas anuais e sucessivas. A avaliação da percepção de agentes de segurança e atores do sistema de justiça criminal foi realizada em 2016, por meio de pesquisa qualitativa (Cunha *et al.*, 2016). Em 2017, será realizada análise dos níveis de criminalidade em delitos de drogas e conexos, a partir da verificação de autos processuais. Em 2018, será produzido um estudo de dimensionamento do mercado ilícito de drogas na zona de fronteira, com base nos dados produzidos nas etapas de pesquisas anteriores.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE PERCEPÇÃO SOCIAL

Essa etapa do projeto não se presta a apresentar e testar hipóteses de pesquisa, tendo em vista que se trata de resultados preliminares obtidos na primeira fase de um estudo longitudinal. Apesar disso, a breve reflexão teórica apresentada a seguir deve servir como lente através da qual os dados devem ser vistos e compreendidos pelo leitor, bem como introduzir algumas questões que serão aprofundadas nos próximos relatórios e suscitar o pensamento crítico para produção de outros estudos a partir do banco de dados gerado.

Há diversas abordagens teóricas possíveis para explicar como o indivíduo percebe o seu próprio mundo. De forma geral, as diferentes vertentes teóricas da psicologia definem percepção como um processo cognitivo ou mental em que os estímulos são captados por meio dos órgãos dos sentidos. A teoria da cópia considera que as pessoas não são capazes de acessar o mundo real como realmente ele é e, por esse motivo, fabricam cópias icônicas da realidade na forma de imagens mentais. As teorias da *gestalt* têm a percepção como seu principal objeto de estudo, ocupando-se especialmente da precisão com que o objeto é percebido e das condições que influenciam essa precisão: a percepção pode estar mais próxima ou mais distante da realidade. Para as teorias behavioristas a percepção é um ato ou comportamento, estando sujeito à influência de variáveis ambientais como a trajetória de vida pessoal, estados motivacionais e presença simultânea de outros estímulos, bem como às contingências de reforço e punição ao longo do tempo (Almeida, Carvalho e Gongora, 2009).

Desse modo, é apenas um dos fatores que influenciam a percepção sobre a realidade. No caso da percepção sobre segurança, o risco efetivo de criminalidade (insegurança objetiva) combina-se com outras variáveis para determinação do medo do crime (insegurança subjetiva): gênero, raça, etnia, localização geográfica, condições de urbanização e preservação de espaços públicos, capital social, entre outras. Além disso, o medo do crime é seletivo, essencialmente relacionado a crimes contra a vida e contra o patrimônio. Crimes que não envolvem violência física (corrupção, poluição, lavagem de dinheiro) em geral não causam pânico na população, apesar dos enormes custos decorrentes da conduta (Dias Neto, 2005).

O distanciamento entre os indivíduos, o abandono dos espaços sociais, a desconfiança dos cidadãos uns em relação aos outros e destes com as instituições oficiais refletem-se na qualidade de vida, idealizada no conceito de segurança. Nesse sentido, "o sentimento de insegurança é um indicador de desordem no cotidiano da vida urbana" (Zackceski e Duarte, 2012).

A *desordem* urbana e a ocorrência de *incivilidades* (vandalismo, lixo, ruído, conflitos no trânsito, falta de iluminação, venda e consumo de drogas em locais públicos, prostituição) criam uma atmosfera de abandono e geram sentimento de insegurança. Por sua vez, a definição de *desordem* pode espelhar intolerância em relação aos valores, opções e estilos de vida diferentes e minoritários, ou seja, o medo e a sensação de insegurança estariam fundados em preconceitos e desrespeito à diversidade (Dias Neto, 2005).

Outro fator a ser levado em consideração é o papel desempenhado pela mídia. Para Zaffaroni (2012), o discurso da "criminologia midiática" configura as atitudes médias das pessoas, apesar de estas estarem carregadas de preconceitos, falsidades e inexatidões. Notícias sobre crimes seguem ocupando importante espaço na mídia, com telejornais especializados no tema e alto nível de audiência, influenciando na manutenção da sensação de insegurança (Ferreira e Marcial, 2015).

Afinal, se a percepção não corresponde à realidade dos fatos, por qual motivo devemos nos preocupar com ela? Em primeiro lugar, pelo fato de o medo do crime (sensação de insegurança) impactar negativamente a qualidade de vida das pessoas, mesmo em contextos em que o risco de vitimização real seja baixo. Em segundo lugar, a opinião do eleitorado é o principal fator levado em consideração na elaboração de leis e políticas públicas.

Situações de pânico moral podem acontecer quando algo novo é visto como ameaça aos interesses e valores estabelecidos, e a mídia e as agências governamentais contribuem para exagerar a natureza e o tamanho da ameaça. Como consequência, ocorre a polarização da opinião pública e a demanda por respostas urgentes e extremas do governo, na ausência de condições políticas de uma discussão mais aprofundada da questão (Tonry, 2004).

3 DESCRIÇÃO DO PLANO AMOSTRAL

O plano amostral elaborado para a pesquisa *Percepção Social sobre Segurança e Políticas de Drogas na Zona de Fronteira entre Brasil e Uruguai* adota uma amostragem probabilística, estratificada e conglomerada em dois estágios. No primeiro estágio, foram sorteados setores censitários; e no segundo, os domicílios. Definido o domicílio, foi entrevistado o responsável, o principal provedor financeiro da casa (homem ou mulher reconhecido como tal pelos moradores).

Para essa pesquisa, foram definidos como áreas geográficas de interesse os municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A motivação para essa escolha deve-se à possibilidade de comparar municípios na fronteira com o Uruguai com outros municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que não possuam fronteira com o Uruguai.

Cabe ressaltar também que a referida pesquisa resultará em dados em painel, uma vez que estão planejadas novas ondas em que os mesmos indivíduos serão novamente entrevistados.

A fim de considerar essa necessidade de se comparar diferentes tipos de municípios, o desenho amostral considerou três estratos: pessoas residentes em municípios do Rio Grande do Sul que fazem fronteira com o Uruguai (estrato 1), pessoas residentes em municípios do Rio Grande do Sul que não fazem fronteira com o Uruguai (estrato 2) e pessoas residentes nos municípios de Santa Catarina (estrato 3).

3.1 Seleção da amostra em cada estágio

As unidades primárias de amostragem (UPAs) foram os setores censitários,[1] e foi utilizado o arquivo Agregado por Setores Censitários do Censo 2010 para a seleção das UPAs. Já para a seleção dos domicílios, foi o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (Cnefe). O setor censitário é a unidade básica do Cnefe.

No primeiro estágio, em cada estrato, os setores censitários foram selecionados com probabilidade proporcional ao tamanho (PPT), considerando-se a quantidade total de domicílios particulares permanentes (DPP) nos setores censitários conforme o Censo Demográfico de 2010.[2] Ao todo, foram selecionados 51 setores censitários em cada estrato.

No segundo estágio, quatorze domicílios foram selecionados aleatoriamente em cada setor censitário por meio do método de amostragem inversa (Vasconcelos, Silva e Szwarcwald, 2005). Por esse método, a ordenação é aleatória, e as visitas feitas de acordo com a posição na lista. Considerando um mínimo de quatorze entrevistas por setor, os quatorze primeiros domicílios ordenados foram visitados. No caso de situação de não respostas em alguma das quatorze unidades selecionadas, estas foram sendo visitadas, respeitando-se a ordenação aleatória.

3.2 Tratamento da não resposta

A substituição foi realizada nas situações em que o domicílio selecionado encontrava-se vazio ou não foi encontrado, bem como nos casos em que o respondente não foi encontrado, esgotadas as tentativas de contato. Não houve substituição nos casos de recusa, ou seja, casos em que o principal responsável pelo domicílio recusou-se a responder a pesquisa.

Para os casos em que o respondente não foi encontrado, foram realizadas as seguintes tentativas de contato: o domicílio foi visitado três vezes em horários e dias diferentes, com agendamento sempre que possível. Uma vez obtido o contato telefônico do indivíduo a ser entrevistado, foram feitas cinco tentativas de contato telefônico para agendamento da entrevista.

1. Os anexos A, B e C apresentam as listas de setores censitários selecionados pelo Ipea no primeiro estágio, de acordo com o estrato.
2. Agregado por setores censitários.

3.3 Tamanho e alocação da amostra

O tamanho da amostra foi predefinido em 2.142 pessoas entrevistadas sendo que 714 em cada um dos três estratos.

A tabela 1 apresenta a alocação da amostra segundo os estratos considerados para esta pesquisa.

TABELA 1
Alocação da amostra (2.142 casos)

Estratos	Número de setores censitários	Número de entrevistas
Fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai	51	714
Não fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai	51	714
Santa Catarina	51	714

Fonte: Dados da pesquisa.

Mesmo com todos os esforços para diminuir a quantidade de perdas, houve, no entanto, perda de setor censitário localizado em zona de conflito e/ou que sofreu com catástrofes climáticas no período da coleta dos dados. Além disso, alguns chefes de domicílio se recusaram a participar da pesquisa, e a alocação da amostra ficou como mostrado na tabela 2.

TABELA 2
Alocação final da amostra (2.036 casos, perda de 4,95%)

Estratos	Número de setores censitários	Número de entrevistas	Perda de entrevistas (%)
Fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai	51	701	1,82
Não fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai	50	679	4,90
Santa Catarina	51	656	8,12

Fonte: Dados da pesquisa.

3.4 Ponderação

Para calcular as probabilidades de inclusão das unidades sorteadas para a amostra foram estimadas as probabilidades de inclusão dos setores censitários e as de inclusão dos domicílios, dada a seleção de seus respectivos setores censitários.

Para o cálculo da ponderação dos pesos amostrais após a coleta dos dados, uma vez que houve algumas perdas tanto de setores quanto de domicílios, foi considerada a quantidade de DPP nos setores censitários observadas no Censo 2010.

4 QUESTIONÁRIO E SUA APLICAÇÃO

O questionário da pesquisa possui quarenta perguntas fechadas, estruturadas em três blocos: perfil socioeconômico (onze questões), percepção sobre segurança e vitimização (oito questões) e percepção sobre o problema das drogas (21 questões). Na elaboração das questões foram utilizadas categorias empregadas nos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira da Senad do Ministério da Justiça, na Global Adult Tobacco Survey (Gats) e em pesquisas do Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips) do Ipea.

Durante a elaboração do questionário foram realizados testes preliminares no Setor Comercial de Brasília, no Distrito Federal durante o mês de dezembro de 2015 e nas cidades de Quaraí e Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul durante o mês de janeiro de 2016. Buscou-se avaliar a compreensão por parte dos respondentes, por meio da aplicação de questões com formatos e textos alternativos.

Em junho de 2016 foi realizado o pré-teste do questionário já estruturado, de forma sistematizada e de modo a abranger os três estratos de realização da pesquisa. Foram aplicados 56 questionários, sendo 27 em Santana do Livramento (estrato Rio Grande do Sul fronteira com o Uruguai), quinze em Nononai (estrato Rio Grande do Sul não fronteira com o Uruguai) e quinze em Chapecó (estrato Santa Catarina). Com os resultados do pré-teste foi possível chegar a uma versão final do questionário[3] utilizado para coleta de dados.

5 RESULTADOS

Conforme já mencionado, este relatório trata da apresentação de resultados obtidos no primeiro ano do estudo longitudinal que contemplará a realização de outras rodadas de coletas de dados. Nesta seção apresentam-se as estatísticas descritivas de cada uma das variáveis obtidas, de forma geral e por estrato.

5.1 Perfil socioeconômico

Nas questões sobre o perfil socioeconômico foram levantadas informações sobre idade, sexo, educação, cor/raça, situação conjugal, renda, moradores do domicílio, fonte de informação e religião. Os resultados são apresentados nas tabelas 3 a 13.

A média de idade dos respondentes foi de 47,95 anos, não havendo diferenças significativas entre os três estratos. As mulheres representaram 56,29% da amostra geral, sendo que a proporção feminina foi maior no Rio Grande do Sul (estratos 1 e 2) comparativamente ao estrato de Santa Catarina (estrato 3).

TABELA 3
Idade dos respondentes

Média	Erro-padrão (EP)	Intervalo de confiança (IC) 95%	
47,95	0,51	46,95	48,95
Estrato 1			
48,61	0,82	46,96	50,26
Estrato 2			
48,22	0,74	46,75	49,70
Estrato 3			
47,43	0,64	46,15	48,71

Fonte: Dados da pesquisa.

3. O questionário está no anexo D.

TABELA 4
Sexo dos respondentes

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Masculino	876	43,71	1,46	40,83	46,58
Feminino	1.160	56,29	1,46	53,42	59,17
Estrato 1					
Masculino	275	39,23	2,05	35,11	43,35
Feminino	426	60,77	2,05	56,65	64,89
Estrato 2					
Masculino	274	40,35	1,91	36,52	44,19
Feminino	405	59,65	1,91	55,81	63,48
Estrato 3					
Masculino	327	49,85	2,39	45,04	54,66
Feminino	329	50,15	2,39	45,34	54,96

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere ao nível de escolarização, a amostra de Santa Catarina (estrato 3) apresentou predominância ligeiramente maior de respondentes com escolaridade de nível superior (completo, incompleto e pós-graduação), bem como maior proporção de pessoas que estudaram até o primário. Comparativamente a Santa Catarina, os estratos do Rio Grande do Sul concentram mais pessoas com formação intermediária (entre a 5ª série e o segundo grau completo). Considerando-se os intervalos de confiança, entretanto, as diferenças não são significativas, e os estratos são relativamente homogêneos.

TABELA 5
Escolaridade dos respondentes

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Sem escolarização	45	2,02	0,46	1,12	2,93
Até a 4ª série do 1º grau (primário)	427	21,79	2,08	17,67	25,91
Da 5ª à 8ª série do 1º grau (ginasial)	570	26,23	1,66	22,95	29,52
2º grau completo ou incompleto (colegial)	675	33,12	2,03	29,11	37,12
Superior incompleto	122	6,44	0,79	4,87	8,01
Superior completo ou pós-graduação	197	10,39	1,42	7,58	13,20
Estrato 1					
Sem escolarização	17	2,43	0,66	1,09	3,76
Até a 4ª série do 1º grau (primário)	129	18,40	2,17	14,05	22,76
Da 5ª à 8ª série do 1º grau (ginasial)	234	33,38	2,31	28,75	38,01
2º grau completo ou incompleto (colegial)	241	34,38	2,85	28,66	40,10
Superior incompleto	29	4,14	0,80	2,54	5,74
Superior completo ou pós-graduação	51	7,28	1,58	4,10	10,45
Estrato 2					
Sem escolarização	12	1,77	0,58	0,61	2,93
Até a 4ª série do 1º grau (primário)	140	20,62	3,13	14,33	26,91
Da 5ª à 8ª série do 1º grau (ginasial)	194	28,57	2,40	23,75	33,39
2º grau completo ou incompleto (colegial)	236	34,76	2,93	28,87	40,65
Superior incompleto	35	5,15	1,00	3,15	7,16
Superior completo ou pós-graduação	62	9,13	2,01	5,10	13,16
Estrato 3					
Sem escolarização	16	2,44	0,80	0,84	4,04
Até a 4ª série do 1º grau (primário)	158	24,09	2,21	19,65	28,52
Da 5ª à 8ª série do 1º grau (ginasial)	142	21,65	2,12	17,38	25,91
2º grau completo ou incompleto (colegial)	198	30,18	2,57	25,02	35,34
Superior incompleto	58	8,84	1,41	6,02	11,66
Superior completo ou pós-graduação	84	12,80	1,97	8,86	

Fonte: Dados da pesquisa.

Na amostra geral, 81,37% dos entrevistados se declararam brancos; 12,29%, pardos; e 4,97%, pretos. Os municípios da fronteira com o Rio Grande do Sul tiveram menor frequência de indivíduos brancos (73,89%) e maior frequência de indivíduos pretos (8,7%), diferenciando-se significativamente da distribuição no estrato de Santa Catarina.

TABELA 6
Cor/raça dos respondentes

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Branca	1.611	81,37	1,46	78,48	84,25
Amarela	9	0,51	0,20	0,13	0,90
Indígena	10	0,57	0,25	0,09	1,06
Preta/negra	122	4,97	0,77	3,46	6,49
Parda/morena	267	12,29	1,08	10,15	14,42
Não sabem	14	0,23	0,13	0,00	0,48
Preferiram não responder	3	0,06	0,05	0,00	0,17
Estrato 1					
Branca	518	73,89	2,63	68,62	79,17
Amarela	1	0,14	0,14	0,00	0,43
Indígena	3	0,43	0,24	0,00	0,92
Preta/negra	61	8,70	1,44	5,82	11,59
Parda/morena	104	14,84	1,58	11,66	18,01
Não sabem	12	1,71	0,60	0,51	2,91
Preferiram não responder	2	0,29	0,20	0,00	0,69
Estrato 2					
Branca	548	80,71	2,11	76,46	84,95
Amarela	2	0,29	0,21	0,00	0,71
Indígena	5	0,74	0,38	0,00	1,50
Preta/negra	39	5,74	1,16	3,42	8,07
Parda/morena	83	12,22	1,53	9,15	15,30
Não sabem	2	0,29	0,21	0,00	0,71
Preferiram não responder	0				
Estrato 3					
Branca	545	83,08	1,86	79,35	86,81
Amarela	6	0,91	0,42	0,08	1,75
Indígena	2	0,30	0,21	0,00	0,73
Preta/negra	22	3,35	0,79	1,76	4,95
Parda/morena	80	12,20	1,48	9,23	15,16
Não sabem	0				
Preferiram não responder	1	0,15	0,15	0,00	0,46

Fonte: Dados da pesquisa.

Os domicílios visitados tinham, em média, 3,03 moradores, sendo que em 40,91% havia crianças e adolescentes em idade escolar. Observa-se uma frequência ligeiramente maior, embora estatisticamente não significativa, de domicílios com crianças e adolescentes no estrato 1 (fronteira com o Uruguai).

TABELA 7
Número de moradores

Média	EP	IC 95%	
3,03	0,04	2,94	3,11
Estrato 1			
3,12	0,07	2,98	3,25
Estrato 2			
3,06	0,06	2,93	3,18
Estrato 3			
2,97	0,06	2,84	3,09

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 8
Presença de crianças e adolescentes em idade escolar no domicílio

	Número de domicílios	%	EP	IC 95%	
Domicílios em que há crianças e adolescentes	881	40,91	1,83	37,29	44,52
Domicílios em que não há crianças e adolescentes	1.155	59,09	1,83	55,48	62,71
Estrato 1					
Domicílios em que há crianças e adolescentes	341	48,64	2,53	43,57	53,72
Domicílios em que não há crianças e adolescentes	360	51,36	2,53	46,28	56,43
Estrato 2					
Domicílios em que há crianças e adolescentes	281	41,38	2,68	35,99	46,78
Domicílios em que não há crianças e adolescentes	398	58,62	2,68	53,22	64,01
Estrato 3					
Domicílios em que há crianças e adolescentes	259	39,48	2,18	35,11	43,86
Domicílios em que não há crianças e adolescentes	397	60,52	2,18	56,14	64,89

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à situação conjugal, a maioria dos respondentes declarou-se casado (58,02%). Somando-se aos que se declararam conviventes em união estável (9,09%), temos que 67,11% dos entrevistados conviviam maritalmente com um companheiro ou cônjuge. Solteiros representaram 15,96%; divorciados 7,63%; e viúvos 9,28%.

TABELA 9
Situação conjugal ou estado civil dos respondentes

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Solteiro	346	15,96	1,09	13,82	18,11
Casado	1.152	58,02	1,89	54,27	61,76
Convivente em união estável	177	9,09	0,85	7,40	10,78
Separado/desquitado/divorciado	163	7,63	0,82	6,01	9,25
Viúvo	194	9,28	0,82	7,66	10,90
Não sabe	4	0,02	0,01	0,00	0,04
Estrato 1					
Solteiro	135	19,26	1,75	15,74	22,77
Casado	381	54,35	2,25	49,83	58,87
Convivente em união estável	53	7,56	1,04	5,48	9,64
Separado/desquitado/divorciado	59	8,42	1,12	6,17	10,66
Viúvo	69	9,84	1,29	7,25	12,44
Não sabe	4	0,57	0,45	0,00	1,47

(Continua)

(Continuação)

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Estrato 2					
Solteiro	109	16,05	1,53	12,98	19,12
Casado	402	59,20	2,70	53,78	64,63
Convivente em união estável	59	8,69	1,14	6,40	10,98
Separado/desquitado/divorciado	48	7,07	1,12	4,82	9,32
Viúvo	61	8,98	1,22	6,52	11,44
Não sabe	0				
Estrato 3					
Solteiro	102	15,55	1,51	12,51	18,59
Casado	369	56,25	2,53	51,17	61,33
Convivente em união estável	65	9,91	1,37	7,16	12,65
Separado/desquitado/divorciado	56	8,54	1,25	6,03	11,04
Viúvo	64	9,76	0,89	7,97	11,54
Não sabe	0				

Fonte: Dados da pesquisa.

Na amostra geral, 47,19% dos domicílios informaram renda entre dois e cinco salários mínimos (SMs). A fronteira com o Uruguai concentra proporcionalmente maior número de domicílios mais pobres, que vivem com até 2 SMs (58,63%), diferindo significativamente dos demais estratos.

TABELA 10
Renda total bruta da família no mês anterior à pesquisa

	Número de famílias	%	EP	IC 95%	
Até 2 SMs (até R$ 1.760)	903	37,26	2,90	31,53	42,99
De 2 a 5 SMs (de R$1.760 a R$ 4.400)	873	47,19	2,19	42,87	51,51
De 5 a 10 SMs (de R$ 4.400 a R$ 8.800)	228	13,45	1,63	10,23	16,66
De 10 a 20 SMs (de R$ 8.800 a R$ 17.600)	25	1,56	0,46	0,65	2,46
Acima de 20 SMs (de R$ 17.600)	6	0,46	0,19	0,07	0,84
Confidencial	1	0,09	0,09	0,00	0,27
Estrato 1					
Até 2 SMs (até R$ 1.760)	411	58,63	3,67	51,27	66,00
De 2 a 5 SMs (de R$ 1.760 a R$ 4.400)	241	34,38	3,17	28,01	40,74
De 5 a 10 SMs (de R$ 4.400 a R$ 8.800)	44	6,28	1,42	3,43	9,13
De 10 a 20 SMs (de R$ 8.800 a R$ 17.600)	4	0,57	0,34	0,00	1,26
Acima de 20 SMs (de R$ 17.600)	1	0,14	0,14	0,00	0,43
Confidencial	0				
Estrato 2					
Até 2 SMs (até R$ 1.760)	245	36,08	4,29	27,46	44,71
De 2 a 5 SMs (de R$ 1.760 a R$ 4.400)	327	48,16	3,20	41,73	54,59
De 5 a 10 SMs (de R$ 4.400 a R$ 8.800)	90	13,25	2,26	8,72	17,79
De 10 a 20 SMs (de R$ 8.800 a R$ 17.600)	11	1,62	0,67	0,27	2,97
Acima de 20 SMs (de R$ 17.600)	5	0,74	0,32	0,10	1,37
Confidencial	1	0,15	0,15	0,00	0,44
Estrato 3					
Até 2 SMs (até R$ 1.760)	247	37,65	3,33	30,97	44,33
De 2 a 5 SMs (de R$1.760 a R$ 4.400)	305	46,49	2,64	41,19	51,80
De 5 a 10 SMs (mais de R$ 4.400 a R$ 8.800)	94	14,33	2,37	9,58	19,08
De 10 a 20 SMs (de R$ 8.800 a R$ 17.600)	10	1,52	0,53	0,45	2,60
Acima de 20 SMs (de R$ 17.600)	0				
Confidencial	0				

Fonte: Dados da pesquisa.

O principal veículo de informação acessado pelos respondentes é a televisão (86,16%), seguido pela internet (55,41%) e o rádio (45,05%). Comparativamente aos outros estratos, a televisão parece ser menos acessada em Santa Catarina, havendo significativa diferença em relação ao estrato 2.

TABELA 11
Principais fontes de informação dos respondentes

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Internet	1.114	55,41	2,13	51,19	59,62
Televisão	1.752	86,16	1,16	83,87	88,45
Jornais impressos	316	17,49	1,73	14,08	20,90
Revistas	110	5,62	0,85	3,93	7,30
Rádio	887	45,05	2,60	39,91	50,18
Outros	6	0,12	0,08	0,00	0,28
Estrato 1					
Internet	363	51,78	2,77	46,23	57,34
Televisão	616	87,87	1,69	84,48	91,27
Jornais impressos	76	10,84	1,82	7,18	14,51
Revistas	31	4,42	1,11	2,19	6,66
Rádio	300	42,80	2,84	37,09	48,50
Outros	4	0,57	0,34	0,00	1,26
Estrato 2					
Internet	362	53,31	3,12	47,04	59,59
Televisão	605	89,10	1,42	86,24	91,96
Jornais impressos	114	16,79	2,37	12,04	21,54
Revistas	33	4,86	1,14	2,56	7,16
Rádio	329	48,45	3,73	40,95	55,96
Outros	0	0,00			
Estrato 3					
Internet	389	59,30	2,57	54,13	64,47
Televisão	531	80,95	2,12	76,69	85,20
Jornais impressos	126	19,21	2,59	14,00	24,41
Revistas	46	7,01	1,36	4,29	9,74
Rádio	258	39,33	3,37	32,55	46,10
Outros	2	0,30	0,21	0,00	0,73

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos entrevistados se declarou católica (66,60%), seguidos pelos evangélicos (18,63%). As pessoas sem religião representaram 9,71% da amostra geral. A presença de católicos é significativamente menor nos domicílios da fronteira com o Uruguai, relativamente aos demais estratos. Com relação à frequência de visita a espaços religiosos, os respondentes de Santa Catarina parecem ser mais assíduos, com um percentual significativamente menor de pessoas que nunca frequentam espaços religiosos.

TABELA 12
Religião dos respondentes

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Religião católica	1.265	66,60	1,99	62,67	70,53
Religião evangélica	405	18,63	1,65	15,37	21,90
Sem religião	214	9,71	1,00	7,73	11,70
Outros	148	4,90	0,62	3,68	6,12
Não sabe/não respondeu	4	0,15	0,11	0,00	0,36
Estrato 1					
Religião católica	360	51,36	2,56	46,22	56,50
Religião evangélica	160	22,82	2,49	17,82	27,83
Sem religião	90	12,84	1,73	9,35	16,32
Outros	89	12,70	1,33	10,03	15,37
Não sabe/não respondeu	2	0,29	0,20	0,00	0,69
Estrato 2					
Religião católica	440	64,80	2,81	59,15	70,45
Religião evangélica	129	19,00	2,26	14,46	23,54
Sem religião	72	10,60	1,50	7,58	13,63
Outros	37	5,45	0,91	3,62	7,28
Não sabe/não respondeu	1	0,15	0,15	0,00	0,44
Estrato 3					
Religião católica	465	70,88	2,73	65,40	76,37
Religião evangélica	116	17,68	2,48	12,70	22,66
Sem religião	52	7,93	1,07	5,78	10,08
Outros	22	3,35	0,70	1,94	4,76
Não sabe/não respondeu	1	0,15	0,15	0,00	0,46

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 13
Frequência com que os respondentes visitam espaços religiosos, entre aqueles que informaram religião

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Uma vez por semana ou mais (sempre)	687	37,37	1,87	33,69	41,06
Menos de uma vez por semana (raramente/muito pouco)	837	46,40	1,55	43,33	49,48
Nunca	288	15,89	1,61	12,71	19,07
Não sabem responder	6	0,33	0,16	0,01	0,66
Estrato 1					
Uma vez por semana ou mais (sempre)	226	37,11	2,59	31,92	42,30
Menos de uma vez por semana (raramente/muito pouco)	271	44,50	2,63	39,22	49,78
Nunca	110	18,06	2,23	13,59	22,53
Não sabem responder	2	0,33	0,23	0,00	0,79
Estrato 2					
Uma vez por semana ou mais (sempre)	213	35,15	2,58	29,97	40,33
Menos de uma vez por semana (raramente/muito pouco)	275	45,38	2,08	41,20	49,56
Nunca	116	19,14	2,46	14,19	24,09
Não sabem responder	2	0,33	0,23	0,00	0,80
Estrato 3					
Uma vez por semana ou mais (sempre)	248	41,13	2,78	35,55	46,71
Menos de uma vez por semana (raramente/muito pouco)	291	48,26	2,46	43,33	53,19
Nunca	62	10,28	1,61	7,05	13,51
Não sabem responder	2	0,33	0,23	0,00	0,80

Fonte: Dados da pesquisa.

5.2 Percepção sobre segurança e vitimização

No bloco de questões em relação à percepção sobre segurança e vitimização, buscou-se mensurar a sensação de segurança na cidade de residência e no país vizinho. O entrevistado foi perguntado sobre vitimização no último ano para as categorias de crime roubo/furto, agressão física/homicídio e ameaça, bem como sobre a ocorrência de prisão de alguém do domicílio.

Em média, os respondentes avaliaram a sensação de segurança de sua cidade com nota 6,19, em uma escala de 0 a 10. A avaliação parece ser mais negativa no estrato da fronteira com Uruguai, havendo diferença estatisticamente significativa comparativamente ao estrato de Santa Catarina, que apresenta a melhor avaliação sobre segurança.

5.2.1 Sensação de segurança na cidade

TABELA 14
Sensação de segurança na cidade de residência, em uma escala de 0 a 10, sendo 0 totalmente inseguro e 10 totalmente seguro

	Estatística	EP	IC 95%	
Média	6,19	0,16	5,87	6,50
Percentil 25%	4,22	0,26	3,72	4,73
Mediana	6,07	0,22	5,63	6,51
Percentil 75%	7,63	0,18	7,29	7,98
Estrato 1				
Média	5,94	0,14	5,66	6,23
Percentil 25%	4,15	0,23	3,68	4,62
Mediana	5,57	0,18	5,21	5,93
Percentil 75%	7,21	0,15	6,89	7,52
Estrato 2				
Média	5,92	0,24	5,45	6,39
Percentil 25%	3,97	0,64	2,68	5,27
Mediana	5,65	0,29	5,06	6,25
Percentil 75%	7,50	0,27	6,96	8,05
Estrato 3				
Média	6,67	0,18	6,31	7,03
Percentil 25%	4,73	0,33	4,07	5,39
Mediana	6,57	0,27	6,02	7,12
Percentil 75%	7,87	0,21	7,44	8,30

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao serem perguntados sobre a evolução da segurança no último ano, a maioria nos estratos do Rio Grande do Sul (65,05% na fronteira e 69,37% nos municípios que não fazem fronteira) aponta que houve piora na segurança, enquanto nos estratos de Santa Catarina há uma inversão e a maioria percebe que a segurança ficou como estava (44,82%) ou melhorou (16,77%).

TABELA 15
Percepção sobre a evolução da segurança na cidade de residência no ano anterior à pesquisa

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Melhorou	255	12,71	1,59	9,56	15,86
Piorou	1.159	57,13	2,50	52,19	62,07
Ficou como estava	584	28,66	1,83	25,04	32,27
Não sabem responder	38	1,50	0,38	0,75	2,26
Estrato 1					
Melhorou	74	10,56	1,56	7,43	13,68
Piorou	456	65,05	2,97	59,09	71,01
Ficou como estava	157	22,40	2,23	17,92	26,87
Não sabem responder	14	2,00	0,65	0,70	3,29
Estrato 2					
Melhorou	71	10,46	2,03	6,37	14,54
Piorou	471	69,37	3,51	62,32	76,42
Ficou como estava	133	19,59	2,58	14,40	24,78
Não sabem responder	4	0,59	0,29	0,01	1,16
Estrato 3					
Melhorou	110	16,77	2,75	11,25	22,29
Piorou	232	35,37	3,42	28,50	42,23
Ficou como estava	294	44,82	2,48	39,84	49,80
Não sabem responder	20	3,05	0,95	1,15	4,95

Fonte: Dados da pesquisa.

5.2.2 Vitimização

Foram feitas três perguntas sobre vitimização: por roubo ou furto, por agressão física ou homicídio e por ameaça. Na amostra geral, a taxa de vitimização por roubo ou furto foi 22,94%; por agressão física ou homicídio, 4,94%; e por ameaça, 7,71%. As taxas de roubo ou furto e de agressão física ou homicídio foram ligeiramente menores no estrato de Santa Catarina e maior nos estratos do Rio Grande do Sul. Com relação às ameaças, o índice foi maior no estrato 2, de municípios do Rio Grande do Sul que não fazem fronteira com o Uruguai. Em todos os casos, entretanto, as diferenças encontradas entre os estratos não tiveram significância estatística.

Verifica-se, em geral, que o predomínio de vitimização se dá em locais públicos, comparativamente àquelas ocorridas em casas. Na amostra geral, aproximadamente 55% dos roubos e furtos aconteceram em locais públicos, sendo que essa proporção é maior no estrato 2 (60%) e mais equilibrada nos estratos 1 (50%) e 3 (47%). Para as agressões físicas e homicídios, as ocorrências em locais públicos representam aproximadamente 59% na amostra geral e predominam ainda mais no estrato 1, em que representam 75% do total de vitimizações. Quanto às ameaças, aproximadamente 67% ocorreram em locais públicos, sendo que o estrato 3 destoa do padrão observado nos demais por apresentar uma proporção equilibrada de ocorrências em casa e locais públicos.

TABELA 16

Vitimização dos residentes no domicílio, por roubo ou furto, no ano anterior à pesquisa, na cidade de residência

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Vitimização em casa	223	10,15	1,17	7,83	12,47
Vitimização em locais públicos	248	12,79	1,34	10,15	15,43
Sem vitimização	1.565	77,06	2,04	73,03	81,09
Estrato 1					
Vitimização em casa	86	12,27	2,02	8,21	16,32
Vitimização em locais públicos	85	12,13	1,59	8,94	15,31
Sem vitimização	530	75,61	3,00	69,57	81,64
Estrato 2					
Vitimização em casa	65	9,57	1,73	6,10	13,05
Vitimização em locais públicos	99	14,58	2,02	10,53	18,63
Sem vitimização	515	75,85	3,10	69,62	82,08
Estrato 3					
Vitimização em casa	72	10,98	1,37	8,22	13,73
Vitimização em locais públicos	64	9,76	1,38	6,99	12,52
Sem vitimização	520	79,27	1,98	75,28	83,25

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 17

Vitimização dos residentes no domicílio, por agressão física ou homicídio, no ano anterior à pesquisa, na cidade de residência

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Vitimização em casa	36	2,07	0,66	0,76	3,38
Vitimização em locais públicos	65	2,87	0,69	1,50	4,24
Sem vitimização	1.935	95,06	1,07	92,95	97,17
Estrato 1					
Vitimização em casa	10	1,43	0,41	0,61	2,25
Vitimização em locais públicos	29	4,14	0,87	2,39	5,88
Sem vitimização	662	94,44	1,09	92,25	96,62
Estrato 2					
Vitimização em casa	17	2,50	1,04	0,41	4,60
Vitimização em locais públicos	22	3,24	1,07	1,09	5,39
Sem vitimização	640	94,26	1,68	90,89	97,63
Estrato 3					
Vitimização em casa	9	1,37	0,47	0,43	2,32
Vitimização em locais públicos	14	2,13	0,58	0,97	3,30
Sem vitimização	633	96,49	0,76	94,97	98,02

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 18
Vitimização dos residentes no domicílio, por ameaça, no ano anterior à pesquisa, na cidade de residência

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Vitimização em casa	47	2,58	0,49	1,61	3,55
Vitimização em locais públicos	91	5,13	0,82	3,51	6,76
Sem vitimização	1.898	92,28	1,02	90,26	94,30
Estrato 1					
Vitimização em casa	11	1,57	0,55	0,46	2,68
Vitimização em locais públicos	28	3,99	0,96	2,07	5,92
Sem vitimização	662	94,44	1,16	92,11	96,76
Estrato 2					
Vitimização em casa	16	2,36	0,64	1,07	3,65
Vitimização em locais públicos	44	6,48	1,27	3,94	9,02
Sem vitimização	619	91,16	1,56	88,03	94,30
Estrato 3					
Vitimização em casa	20	3,05	0,81	1,42	4,67
Vitimização em locais públicos	19	2,90	0,72	1,45	4,34
Sem vitimização	617	94,05	0,97	92,10	96,01

Fonte: Dados da pesquisa.

5.2.3 Atuação das agências de repressão

Quanto à atuação das agências de repressão punitiva, verificou-se que em 5,33% dos domicílios alguém esteve preso ou foi apreendido. Parece haver atuação mais forte dos órgãos de repressão no estrato 2, embora não haja significância estatística.

TABELA 19
Ocorrência de prisões e apreensões dos residentes do domicílio, no ano anterior à pesquisa

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Domicílios em que alguém esteve preso ou apreendido	88	5,33	1,23	2,91	7,76
Domicílios em que ninguém esteve preso ou apreendido	1.948	94,67	1,23	92,24	97,09
Estrato 1					
Domicílios em que alguém esteve preso ou apreendido	23	3,28	0,77	1,74	4,82
Domicílios em que ninguém esteve preso ou apreendido	678	96,72	0,77	95,18	98,26
Estrato 2					
Domicílios em que alguém esteve preso ou apreendido	47	6,92	1,94	3,03	10,82
Domicílios em que ninguém esteve preso ou apreendido	632	93,08	1,94	89,18	96,97
Estrato 3					
Domicílios em que alguém esteve preso ou apreendido	18	2,74	0,78	1,18	4,30
Domicílios em que ninguém esteve preso ou apreendido	638	97,26	0,78	95,70	98,82

Fonte: Dados da pesquisa.

5.2.4 Percepção de segurança no Uruguai

Ao final desse bloco, foram feitas duas perguntas para avaliar a percepção sobre segurança no Uruguai. Os participantes que já estiveram no Uruguai representaram 23,41% da amostra geral: 74,47% do estrato 1; 29,31% do estrato 2; e 9,3% do estrato 3, resultado condizente com o posicionamento geográfico de cada uma das regiões.

Da amostra geral, 19,84% consideram o Uruguai um país seguro, 13,61% não consideram seguro e 66,55% não souberam responder. Considerando-se apenas aqueles

que emitiram opinião e excluindo-se os que não souberam responder, 64,17% avaliam positivamente a segurança no Uruguai. Os residentes na zona de fronteira (estrato 1) avaliam a segurança no Uruguai de forma ainda mais positiva: 69,57% daqueles que emitiram opinião consideram o país vizinho seguro.

TABELA 20
Condição dos respondentes de haver estado no Uruguai

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Estiveram no Uruguai	782	23,41	1,85	19,75	27,07
Nunca estiveram no Uruguai	1.254	76,59	1,85	72,93	80,25
Estrato 1					
Estiveram no Uruguai	522	74,47	3,65	67,14	81,79
Nunca estiveram no Uruguai	179	25,54	3,65	18,21	32,86
Estrato 2					
Estiveram no Uruguai	199	29,31	2,88	23,52	35,10
Nunca estiveram no Uruguai	480	70,69	2,88	64,90	76,48
Estrato 3					
Estiveram no Uruguai	61	9,30	1,40	6,49	12,11
Nunca estiveram no Uruguai	595	90,70	1,40	87,89	93,51

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 21
Percepção sobre a segurança no Uruguai

	Número de respondentes	%	EP	IC 95%	
Consideram o Uruguai um país seguro	600	19,84	1,94	16,01	23,68
Não consideram o Uruguai um país seguro	335	13,61	1,14	11,35	15,87
Não souberam responder	1.101	66,55	2,24	62,11	70,98
Estrato 1					
Consideram o Uruguai um país seguro	375	53,50	2,91	47,65	59,34
Não consideram o Uruguai um país seguro	164	23,40	2,24	18,91	27,89
Não souberam responder	162	23,11	2,52	18,06	28,16
Estrato 2					
Consideram o Uruguai um país seguro	169	24,89	2,96	18,95	30,83
Não consideram o Uruguai um país seguro	101	14,87	1,61	11,64	18,11
Não souberam responder	409	60,24	3,39	53,42	67,05
Estrato 3					
Consideram o Uruguai um país seguro	56	8,54	1,82	4,89	12,19
Não consideram o Uruguai um país seguro	70	10,67	1,58	7,50	13,84
Não souberam responder	530	80,79	2,25	76,27	85,31

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3 Percepção sobre o problema das drogas

Por fim, nas questões sobre percepção sobre o problema das drogas, buscou-se identificar os padrões de consumo de bebidas alcoólicas e tabaco e a percepção sobre os riscos à saúde e à segurança do consumo dessas substâncias. Foram feitos questionamentos sobre o consumo de drogas comumente classificadas como ilícitas. Para evitar constrangimento com o entrevistado, evitou-se a utilização da terminologia *drogas ilícitas* e *drogas proibidas* e não se perguntou diretamente se a substância foi consumida por morador do domicílio.

Nesse último bloco de perguntas foram coletados dados sobre a opinião com relação às políticas de drogas no Brasil, quanto às consequências para o traficante de drogas em geral e quanto à possibilidade de legalização da maconha. Especificamente sobre política de maconha do Uruguai, foram feitas perguntas sobre o conhecimento e apoio à nova lei, bem como sobre as consequências da nova política para a segurança na cidade do entrevistado e para a segurança no Uruguai.

5.3.1 Bebidas alcoólicas

Sobre o padrão de consumo de bebida alcoólica, verificou-se que em 60,32% dos domicílios não ocorre consumo. Entre aqueles em que há consumo, prevalece o consumo ocasional, de uma a três vezes por mês, ou frequente, de uma a quatro vezes por semana. Nos domicílios do Rio Grande do Sul, o índice de abstinência é significativamente maior comparativamente ao estrato de Santa Catarina. Apesar disso, a frequência de consumo parece ser menor em Santa Catarina, onde há mais registros de consumo ocasional e raro, enquanto no Rio Grande do Sul há mais respostas de consumo muito frequente e frequente.

Da amostra geral, 30,5% percebem que o consumo de bebidas alcoólicas gera riscos à saúde e 14,89% percebem que gera riscos à segurança. A percepção de risco é ligeiramente maior nos municípios da zona de fronteira (estrato 1), tanto quanto aos riscos para saúde (37,1%) quanto para a segurança (21,72%), embora a diferença em relação aos demais estratos não seja estatisticamente significativa.

TABELA 22
Padrão de consumo de bebida alcoólica do morador que consome com maior frequência

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Não consomem	1.253	60,32	1,89	56,58	64,06
Consomem todos os dias (muito frequentemente)	45	2,34	0,68	1,00	3,69
Consomem de 1 a 4 vezes por semana (frequentemente)	206	10,94	1,44	8,10	13,78
Consomem de 1 a 3 vezes por mês (ocasionalmente)	401	20,76	1,72	17,36	24,16
Consomem menos de 1 vez por mês (raramente)	125	5,48	0,78	3,93	7,02
Preferiram não responder	6	0,16	0,11	0,00	0,37
Estrato 1					
Não consomem	476	67,90	2,39	63,11	72,69
Consomem todos os dias (muito frequentemente)	15	2,14	0,47	1,20	3,08
Consomem de 1 a 4 vezes por semana (frequentemente)	57	8,13	1,60	4,91	11,35
Consomem de 1 a 3 vezes por mês (ocasionalmente)	107	15,26	2,05	11,15	19,38
Consomem menos de 1 vez por mês (raramente)	42	5,99	1,31	3,35	8,63
Preferiram não responder	4	0,57	0,28	0,02	1,13
Estrato 2					
Não consomem	446	65,68	2,59	60,48	70,89
Consomem todos os dias (muito frequentemente)	18	2,65	1,02	0,59	4,71
Consomem de 1 a 4 vezes por semana (frequentemente)	72	10,60	2,05	6,48	14,73
Consomem de 1 a 3 vezes por mês (ocasionalmente)	120	17,67	2,38	12,90	22,45
Consomem menos de 1 vez por mês (raramente)	22	3,24	1,04	1,14	5,34
Preferiram não responder	1	0,15	0,15	0,00	0,44
Estrato 3					
Não consomem	331	50,46	2,82	44,80	56,12
Consomem todos os dias (muito frequentemente)	12	1,83	0,71	0,41	3,25
Consomem de 1 a 4 vezes por semana (frequentemente)	77	11,74	1,91	7,91	15,57
Consomem de 1 a 3 vezes por mês (ocasionalmente)	174	26,52	2,53	21,45	31,60
Consomem menos de 1 vez por mês (raramente)	61	9,30	1,23	6,83	11,77
Preferiram não responder	1	0,15	0,15	0,00	0,46

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 23
Percepção de risco à saúde e/ou à segurança causado pelo consumo de bebidas alcoólicas, entre os domicílios em que há consumo

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Não há risco	508	67,54	2,79	62,03	73,05
Risco à saúde	143	17,58	2,03	13,57	21,58
Risco à segurança	14	1,97	0,69	0,60	3,33
Risco à saúde e à segurança	112	12,92	2,01	8,95	16,88
Estrato 1					
Não há risco	135	61,09	3,35	54,35	67,82
Risco à saúde	38	17,19	3,43	10,29	24,10
Risco à segurança	4	1,81	0,89	0,03	3,59
Risco à saúde e à segurança	44	19,91	3,15	13,59	26,23
Estrato 2					
Não há risco	162	69,83	3,87	62,06	77,60
Risco à saúde	30	12,93	2,26	8,40	17,47
Risco à segurança	6	2,59	1,19	0,19	4,98
Risco à saúde e à segurança	34	14,66	3,08	8,47	20,84
Estrato 3					
Não há risco	211	65,12	4,26	56,57	73,67
Risco à saúde	75	23,15	3,66	15,79	30,51
Risco à segurança	4	1,23	0,61	0,00	2,47
Risco à saúde e à segurança	34	10,49	2,53	5,41	15,58

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.2 Tabaco

Quanto ao padrão de consumo, verificou-se que o tabaco é utilizado em 24,63% dos domicílios entrevistados, dos quais 88,46% o fazem diariamente. O estrato 1 apresentou maior índice de consumo (28,68%), seguido pelo estrato 3 (27,44%) e estrato 2 (22,82%), embora as diferenças encontradas não tenham relevância estatística. A percepção da existência de riscos à saúde decorrentes do consumo de tabaco é compartilhada por 91,45% dos entrevistados, com proporção semelhante em todos os estratos. A percepção da existência de riscos à segurança, por sua vez, aparece com maior frequência nos estratos 1 (36,82%) e 2 (31,61%) do Rio Grande do Sul, enquanto em Santa Catarina apenas 6,67% avaliam que há riscos à segurança.

Note-se que nos estratos do Rio Grande do Sul há maior percepção de riscos à segurança decorrentes do consumo de tabaco do que decorrentes do consumo de álcool. Em Santa Catarina ocorre o inverso: as bebidas alcoólicas são vistas como danosas à segurança por 11,72% dos entrevistados, enquanto o tabaco é percebido como um fator de risco por 6,67%.

TABELA 24
Padrão de consumo de cigarro, charuto ou cachimbo de tabaco do morador que consome com maior frequência

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Não consomem	1.497	75,26	1,38	72,53	77,98
Consomem diariamente	472	21,79	1,26	19,29	24,29
Consomem menos que diariamente	64	2,84	0,50	1,84	3,84
Preferiram não responder	3	0,11	0,08	0,00	0,26
Estrato 1					
Não consomem	499	71,18	2,36	66,45	75,92
Consomem diariamente	179	25,54	2,25	21,02	30,05
Consomem menos que diariamente	22	3,14	0,82	1,49	4,78
Preferiram não responder	1	0,14	0,14	0,00	0,43
Estrato 2					
Não consomem	524	77,17	1,99	73,16	81,18
Consomem diariamente	142	20,91	1,85	17,20	24,63
Consomem menos que diariamente	13	1,91	0,55	0,81	3,02
Preferiram não responder	0				
Estrato 3					
Não consomem	474	72,26	1,75	68,74	75,77
Consomem diariamente	151	23,02	1,53	19,94	26,09
Consomem menos que diariamente	29	4,42	1,05	2,31	6,53
Preferiram não responder	2	0,30	0,21	0,00	0,74

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 25
Percepção de risco à saúde e/ou à segurança causado pelo consumo de tabaco, entre os domicílios em que há consumo

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Não há risco	48	7,80	1,34	5,16	10,44
Risco à saúde	353	70,33	3,57	63,26	77,39
Risco à segurança	3	0,75	0,51	0,00	1,76
Risco à saúde e à segurança	132	21,12	3,47	14,27	27,98
Estrato 1					
Não há risco	23	11,44	2,42	6,57	16,31
Risco à saúde	104	51,74	4,37	42,96	60,52
Risco à segurança	1	0,50	0,49	0,00	1,49
Risco à saúde e à segurança	73	36,32	4,91	26,46	46,18
Estrato 2					
Não há risco	13	8,39	1,82	4,73	12,05
Risco à saúde	93	60,00	5,68	48,56	71,44
Risco à segurança	2	1,29	0,88	0,00	3,07
Risco à saúde e à segurança	47	30,32	5,66	18,92	41,73
Estrato 3					
Não há risco	12	6,67	2,11	2,43	10,91
Risco à saúde	156	86,67	2,66	81,31	92,02
Risco à segurança	0				
Risco à saúde e à segurança	12	6,67	2,11	2,43	10,91

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.3 Outras substâncias entorpecentes

Os entrevistados foram perguntados se já haviam presenciado o consumo de substâncias entorpecentes e psicotrópicas de uma lista apresentada, sendo que 55,61% responderam positivamente para pelo menos uma das substâncias listadas. Esse índice foi reduzido no estrato de Santa Catarina, em que apenas 46,49% informaram haver presenciado, comparativamente aos 63,48% de respostas positivas obtidas na zona de fronteira.

As substâncias presenciadas com maior frequência foram, nessa ordem, maconha/haxixe (52,6%), *crack* (14,85%) e cocaína (13,65%). Nos estratos do Rio Grande do Sul houve maior frequência de respostas positivas quanto à maconha, tanto na zona de fronteira (59,06%) quanto no restante do estado (57,88%), diferindo significativamente da característica observada em Santa Catarina, onde apenas 42,99% relataram haver presenciado. Para *crack* e cocaína não houve diferenças relevantes entre os estratos, apenas o indício de que o *crack* talvez esteja mais presente no Rio Grande do Sul do que em Santa Catarina.

TABELA 26
Condição do respondente de haver presenciado o consumo de substâncias entorpecentes/psicotrópicas

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Anfetamina/rebite/boleta	17	1,00	0,25	0,51	1,48
Benzina/solventes	3	0,15	0,11	0,00	0,36
Cocaína	288	13,65	1,27	11,15	16,15
Cola	43	2,27	0,54	1,20	3,34
Cogumelos	3	0,16	0,09	0,00	0,35
Crack	309	14,85	1,59	11,72	17,99
Ecstasy/MDMA	36	2,05	0,39	1,28	2,82
Esteroides/anabolizantes	13	0,78	0,23	0,32	1,24
Heroína	19	1,25	0,39	0,48	2,01
Lança-perfume	30	1,89	0,36	1,17	2,60
LSD/ácido	30	1,60	0,37	0,87	2,34
Maconha/haxixe	1.089	52,60	2,55	47,57	57,63
Tranquilizantes/calmantes	40	2,23	0,48	1,28	3,18
Outras drogas	1	0,05	0,05	0,00	0,16
Não presenciaram o consumo de nenhuma	831	41,89	2,66	36,63	47,15
Preferiram não responder	44	2,50	0,78	0,97	4,04
Estrato 1					
Anfetamina/rebite/boleta	0	0,00			
Benzina/solventes	1	0,14	0,14	0,00	0,43
Cocaína	101	14,41	2,05	10,29	18,53
Cola	10	1,43	0,46	0,51	2,34
Cogumelos	0	0,00			
Crack	120	17,12	2,24	12,62	21,61
Ecstasy/MDMA	1	0,14	0,14	0,00	0,43
Esteroides/anabolizantes	0				
Heroína	3	0,43	0,24	0,00	0,91
Lança-perfume	0	0,00			
LSD/ácido	2	0,29	0,29	0,00	0,86
Maconha/haxixe	414	59,06	2,81	53,40	64,71
Tranquilizantes/calmantes	1	0,14	0,14	0,00	0,43
Outras drogas	0				
Não presenciaram o consumo de nenhuma	251				41,27
Preferiram não responder	5				1,45

(Continua)

(Continuação)

	Número de casos	(%)	EP	IC 95%	
Estrato 2					
Anfetamina/rebite/boleta	2	0,29	0,21	0,00	0,71
Benzina/solventes	1	0,15	0,15	0,00	0,44
Cocaína	85	12,52	1,77	8,96	16,08
Cola	12	1,77	0,62	0,53	3,01
Cogumelos	0	0,00			
Crack	113	16,64	2,38	11,86	21,42
Ecstasy/MDMA	4	0,59	0,29	0,02	1,16
Esteroides/anabolizantes	2	0,29	0,21	0,00	0,71
Heroína	10	1,47	0,60	0,28	2,67
Lança-perfume	7	1,03	0,42	0,18	1,88
LSD/ácido	2	0,29	0,21	0,00	0,71
Maconha/haxixe	393	57,88	3,76	50,33	65,43
Tranquilizantes/calmantes	3	0,44	0,25	0,00	0,95
Outras drogas	0	0,00			
Não presenciaram o consumo de nenhuma	258	38,00	3,82	30,32	45,67
Preferiram não responder	10	1,47	0,51	0,44	2,51
Estrato 3					
Anfetamina/rebite/boleta	15	2,29	0,59	1,10	3,47
Benzina/solventes	1	0,15	0,15	0,00	0,46
Cocaína	102	15,55	1,80	11,94	19,16
Cola	21	3,20	1,08	1,02	5,38
Cogumelos	3	0,46	0,26	0,00	0,98
Crack	76	11,59	1,69	8,19	14,98
Ecstasy/MDMA	31	4,73	0,97	2,77	6,68
Esteroides/anabolizantes	11	1,68	0,55	0,57	2,78
Heroína	6	0,91	0,36	0,20	1,63
Lança-perfume	23	3,51	0,71	2,08	4,94
LSD/ácido	26	3,96	0,98	1,99	5,94
Maconha/haxixe	282	42,99	2,93	37,11	48,87
Tranquilizantes/calmantes	36	5,49	1,28	2,92	8,06
Outras drogas	1	0,15	0,15	0,00	0,46
Não presenciaram o consumo de nenhuma	322	49,09	3,45	42,16	56,01
Preferiram não responder	29	4,42	1,99	0,43	8,41

Fonte: Dados da pesquisa.
Obs.: MDMA = metilenodioximetanfetamina.

O local onde se presencia o consumo é predominantemente a rua (84,46%) e a praça (25,25%), seguida de boates/clubes/espaços de festas (10,15%). A ocorrência de observações na rua é relativamente menos frequente em Santa Catarina, enquanto a frequência de observações em boates/clubes/espaços de festas é relativamente maior.

O consumo na casa do respondente ou na casa de amigos e conhecidos foi reportado por 14,57% na amostra geral, sendo significativamente maior em Santa Catarina, em que 31,15% reportaram essa situação, comparado a 7,41% no estrato 1 e 7,54% no estrato 2.

O consumo de substâncias entorpecentes em escolas parece ser um problema mais frequente na zona de fronteira (9,66%) relativamente aos estratos 2 (3,65%) e 3 (2,95%).

Quanto à facilidade de acesso, 77,93% consideram fácil obter drogas proibidas na cidade, sendo que a percepção é de maior facilidade nos estratos do Rio Grande do Sul.

TABELA 27

Locais em que ocorreu o consumo de substâncias entorpecentes/psicotrópicas, entre aqueles que já presenciaram o consumo

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Na casa do respondente	74	6,90	1,00	4,94	8,87
Na casa de amigos e conhecidos	85	7,67	1,16	5,39	9,96
Na escola	67	3,63	0,87	1,92	5,34
Na universidade	34	3,31	0,70	1,93	4,69
Nos bares	69	6,92	1,20	4,56	9,29
Na praça	303	25,25	2,44	20,42	30,08
Em boates/clubes/espaços de festas	119	10,15	1,35	7,49	12,81
Na rua	969	84,46	1,88	80,74	88,18
Na praia	45	5,04	1,09	2,88	7,20
Outros	6	0,47	0,24	0,00	0,94
Estrato 1					
Na casa do respondente	13	2,92	0,74	1,43	4,42
Na casa de amigos e conhecidos	20	4,49	1,07	2,35	6,64
Na escola	43	9,66	2,52	4,60	14,72
Na universidade	3	0,67	0,38	0,00	1,43
Nos bares	11	2,47	0,82	0,83	4,11
Na praça	121	27,19	3,18	20,80	33,59
Em boates/clubes/espaços de festas	38	8,54	1,51	5,52	11,56
Na rua	377	84,72	2,30	80,09	89,35
Na praia	3	0,67	0,39	0,00	1,45
Outros	2	0,45	0,31	0,00	1,08
Estrato 2					
Na casa do respondente	13	3,16	0,86	1,42	4,90
Na casa de amigos e conhecidos	18	4,38	1,09	2,19	6,57
Na escola	15	3,65	1,22	1,19	6,11
Na universidade	4	0,97	0,48	0,02	1,93
Nos bares	18	4,38	1,44	1,48	7,28
Na praça	101	24,57	3,12	18,30	30,85
Em boates/clubes/espaços de festas	30	7,30	1,52	4,23	10,36
Na rua	366	89,05	2,14	84,74	93,36
Na praia	14	3,41	1,31	0,77	6,04
Outros	1	0,24	0,25	0,00	0,74
Estrato 3					
Na casa do respondente	48	15,74	2,53	10,65	20,82
Na casa de amigos e conhecidos	47	15,41	2,93	9,51	21,31
Na escola	9	2,95	0,89	1,16	4,74
Na universidade	27	8,85	1,98	4,88	12,82
Nos bares	40	13,11	2,30	8,49	17,74
Na praça	81	26,56	4,21	18,10	35,02
Em boates/clubes/espaços de festas	51	16,72	2,89	10,92	22,52
Na rua	226	74,10	3,79	66,49	81,71
Na praia	28	9,18	2,20	4,77	13,59
Outros	3	0,98	0,57	0,00	2,13

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 28
Percepção sobre a facilidade de acesso a drogas proibidas na cidade

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Consideram fácil	1.599	77,93	2,04	73,90	81,96
Não consideram fácil	91	5,28	1,08	3,15	7,41
Não souberam responder	326	16,02	1,49	13,06	18,97
Preferiram não responder	20	0,77	0,23	0,31	1,23
Estrato 1					
Consideram fácil	584	83,31	1,71	79,87	86,74
Não consideram fácil	20	2,85	0,71	1,43	4,28
Não souberam responder	90	12,84	1,44	9,94	15,73
Preferiram não responder	7	1,00	0,50	0,00	2,00
Estrato 2					
Consideram fácil	563	82,92	2,48	77,93	87,90
Não consideram fácil	37	5,45	1,31	2,81	8,09
Não souberam responder	78	11,49	1,82	7,82	15,15
Preferiram não responder	1	0,15	0,15	0,00	0,44
Estrato 3					
Consideram fácil	452	68,90	3,75	61,37	76,44
Não consideram fácil	34	5,18	2,00	1,17	9,19
Não souberam responder	158	24,09	2,72	18,62	29,55
Preferiram não responder	12	1,83	0,60	0,63	3,03

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.4 Tráfico de drogas

A maioria dos entrevistados acredita que o tráfico de drogas deve receber punições severas, como prisão (63,96%) e até mesmo pena de morte (16,46%). A legalização é apontada como alternativa para o combate ao tráfico em 8,02% dos domicílios visitados. No estrato de Santa Catarina encontra-se o maior índice de apoio à alternativa da legalização (11,43%), significativamente maior que o índice encontrado na zona de fronteira (4,71%).

TABELA 29
Opinião sobre o tráfico de drogas

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
O tráfico de drogas deve ser punido com pena de morte	314	16,46	1,49	13,52	19,41
O tráfico de drogas deve ser punido com prisão	1.342	63,96	2,06	59,90	68,03
O tráfico de drogas deve receber uma punição mais leve que a prisão	33	1,51	0,40	0,73	2,29
O tráfico de drogas não deve ser considerado crime	6	0,17	0,09	0,00	0,36
O tráfico deveria ser combatido com a legalização das drogas	150	8,02	0,92	6,20	9,83
Tem outra opinião	72	4,07	0,69	2,71	5,42
Indiferente	23	1,33	0,47	0,40	2,25
Não sabe responder	96	4,48	0,69	3,13	5,84
Estrato 1					
O tráfico de drogas deve ser punido com pena de morte	100	14,27	1,93	10,39	18,14
O tráfico de drogas deve ser punido com prisão	496	70,76	2,72	65,28	76,23
O tráfico de drogas deve receber uma punição mais leve que a prisão	15	2,14	0,55	1,04	3,24
O tráfico de drogas não deve ser considerado crime	3	0,43	0,24	0,00	0,91
O tráfico deveria ser combatido com a legalização das drogas	33	4,71	1,00	2,71	6,71
Tem outra opinião	15	2,14	0,68	0,77	3,51
Indiferente	5	0,71	0,31	0,10	1,33
Não sabe responder	34	4,85	0,97	2,91	6,79

(Continua)

(Continuação)

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Estrato 2					
O tráfico de drogas deve ser punido com pena de morte	122	17,97	2,19	13,56	22,37
O tráfico de drogas deve ser punido com prisão	441	64,95	2,91	59,11	70,79
O tráfico de drogas deve receber uma punição mais leve que a prisão	13	1,91	0,59	0,74	3,09
O tráfico de drogas não deve ser considerado crime	0	0,00			
O tráfico deveria ser combatido com a legalização das drogas	42	6,19	1,09	4,00	8,37
Tem outra opinião	25	3,68	0,87	1,93	5,43
Indiferente	9	1,33	0,65	0,01	2,64
Não sabe responder	27	3,98	0,93	2,12	5,84
Estrato 3					
O tráfico de drogas deve ser punido com pena de morte	92	14,02	1,77	10,48	17,57
O tráfico de drogas deve ser punido com prisão	405	61,74	2,83	56,06	67,42
O tráfico de drogas deve receber uma punição mais leve que a prisão	5	0,76	0,45	0,00	1,67
O tráfico de drogas não deve ser considerado crime	3	0,46	0,26	0,00	0,98
O tráfico deveria ser combatido com a legalização das drogas	75	11,43	1,76	7,91	14,96
Tem outra opinião	32	4,88	1,20	2,48	7,28
Indiferente	9	1,37	0,68	0,01	2,73
Não sabe responder	35	5,34	1,07	3,18	7,49

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.5 Maconha

A maioria dos entrevistados (52,36%) tem opinião favorável à legalização da maconha para fins medicinais, e 9,97% têm opinião favorável à legalização para fins recreativos. Santa Catarina apresenta maior apoio à legalização para fins recreativos, com 16,92%, relativamente a 8,13% no estrato 1 e 6,03% no estrato 2.

Entre os entrevistados que manifestam apoio à legalização, aponta-se que os principais meios de obtenção da substância devem ser farmácias e estabelecimentos autorizados/regulados pelo governo.

TABELA 30
Opinião sobre a legalização da maconha

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Favoráveis à legalização para fins recreativos	2	0,18	0,13	0,00	0,43
Favoráveis à legalização para fins medicinais	846	42,57	1,70	39,20	45,93
Favoráveis à legalização para fins recreativos e medicinais	207	9,79	0,97	7,88	11,70
Desfavoráveis à legalização	894	43,43	1,75	39,97	46,88
Indiferentes	6	0,26	0,13	0,01	0,52
Não souberam responder	65	3,08	0,64	1,82	4,34
Preferiram não responder	16	0,69	0,21	0,27	1,11
Estrato 1					
Favoráveis à legalização para fins recreativos	0				
Favoráveis à legalização para fins medicinais	292	41,65	2,42	36,79	46,52
Favoráveis à legalização para fins recreativos e medicinais	57	8,13	1,32	5,49	10,78
Desfavoráveis à legalização	318	45,36	2,16	41,04	49,69
Indiferentes	2	0,29	0,20	0,00	0,69
Não souberam responder	27	3,85	0,82	2,20	5,51
Preferiram não responder	5	0,71	0,37	0,00	1,45

(Continua)

(Continuação)

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Estrato 2					
Favoráveis à legalização para fins recreativos	2	0,29	0,21	0,00	0,71
Favoráveis à legalização para fins medicinais	311	45,80	2,17	41,45	50,15
Favoráveis à legalização para fins recreativos e medicinais	39	5,74	0,96	3,82	7,67
Desfavoráveis à legalização	299	44,04	2,30	39,41	48,66
Indiferentes	1	0,15	0,15	0,00	0,44
Não souberam responder	25	3,68	0,97	1,73	5,64
Preferiram não responder	2	0,29	0,21	0,00	0,71
Estrato 3					
Favoráveis à legalização para fins recreativos	0				
Favoráveis à legalização para fins medicinais	243	37,04	2,96	31,10	42,98
Favoráveis à legalização para fins recreativos e medicinais	111	16,92	2,15	12,60	21,24
Desfavoráveis à legalização	277	42,23	2,86	36,47	47,98
Indiferentes	3	0,46	0,26	0,00	0,98
Não souberam responder	13	1,98	0,61	0,76	3,21
Preferiram não responder	9	1,37	0,47	0,42	2,32

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 31
Opinião sobre o meio de acesso à maconha, entre aqueles que são favoráveis à legalização

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Comprando em farmácias	729	68,09	2,44	63,27	72,91
Comprando em estabelecimentos autorizados/regulados pelo governo	562	56,13	2,82	50,56	61,70
Plantando em associação com outros usuários (clubes de usuários)	57	5,88	1,14	3,62	8,14
Plantando para seu próprio consumo (autocultivo)	75	7,55	1,21	5,15	9,94
Comprando no tráfico ilegal	3	0,35	0,24	0,00	0,83
Nenhum meio de acesso	6	0,50	0,29	0,00	1,06
Outra maneira	11	1,29	0,60	0,10	2,48
Estrato 1					
Comprando em farmácias	258	73,93	2,62	68,65	79,20
Comprando em estabelecimentos autorizados/regulados pelo governo	163	46,70	4,31	38,06	55,35
Plantando em associação com outros usuários (clubes de usuários)	11	3,15	0,94	1,27	5,04
Plantando para seu próprio consumo (autocultivo)	13	3,72	0,90	1,92	5,53
Comprando no tráfico ilegal	1	0,29	0,29	0,00	0,86
Nenhum meio de acesso	2	0,57	0,40	0,00	1,38
Outra maneira	2	0,57	0,40	0,00	1,38
Estrato 2					
Comprando em farmácias	252	71,59	3,52	64,51	78,67
Comprando em estabelecimentos autorizados/regulados pelo governo	197	55,97	4,16	47,61	64,32
Plantando em associação com outros usuários (clubes de usuários)	15	4,26	1,21	1,84	6,69
Plantando para seu próprio consumo (autocultivo)	15	4,26	1,09	2,07	6,46
Comprando no tráfico ilegal	2	0,57	0,39	0,00	1,36
Nenhum meio de acesso	1	0,28	0,28	0,00	0,85
Outra maneira	5	1,42	0,72	0,00	2,87
Estrato 3					
Comprando em farmácias	219	61,86	3,31	55,22	68,51
Comprando em estabelecimentos autorizados/regulados pelo governo	202	57,06	3,41	50,22	63,91
Plantando em associação com outros usuários (clubes de usuários)	31	8,76	2,41	3,92	13,59
Plantando para seu próprio consumo (autocultivo)	47	13,28	2,77	7,72	18,84
Comprando no tráfico ilegal	0				
Nenhum meio de acesso	3	0,85	0,62	0,00	2,10
Outra maneira	4	1,13	1,13	0,00	3,40

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto às consequências para o uso recreativo de maconha, o tratamento médico compulsório foi apontado como solução por 60,83% dos entrevistados, seguido da punição com prisão (16,06%). A ausência de punição é referida por 10,63% dos entrevistados em geral e por 17,68% dos entrevistados de Santa Catarina, que se mostrou menos punitivista em geral, em coerência com as opiniões sobre a legalização da maconha.

TABELA 32
Opinião sobre as consequências para o usuário recreativo de maconha

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Deve ser punido com a prisão	336	16,06	1,65	12,81	19,32
Deve receber uma punição mais leve que a prisão	119	5,49	0,72	4,07	6,90
Deve ser obrigado a receber tratamento médico	1.240	60,83	2,25	56,38	65,28
Não deve ser punido	200	10,63	1,01	8,64	12,61
Indiferentes	39	1,91	0,54	0,83	2,98
Outra opinião	40	2,38	0,47	1,45	3,32
Não souberam responder	62	2,70	0,51	1,70	3,71
Estrato 1					
Deve ser punido com a prisão	128	18,26	2,72	12,80	23,72
Deve receber uma punição mais leve que a prisão	49	6,99	1,15	4,67	9,31
Deve ser obrigado a receber tratamento médico	441	62,91	3,08	56,73	69,09
Não deve ser punido	38	5,42	1,11	3,18	7,66
Indiferentes	10	1,43	0,58	0,27	2,59
Outra opinião	11	1,57	0,63	0,31	2,83
Não souberam responder	24	3,42	0,90	1,61	5,23
Estrato 2					
Deve ser punido com a prisão	117	17,23	2,35	12,50	21,96
Deve receber uma punição mais leve que a prisão	41	6,04	1,05	3,92	8,16
Deve ser obrigado a receber tratamento médico	431	63,48	3,24	56,97	69,99
Não deve ser punido	46	6,77	1,06	4,65	8,90
Indiferentes	8	1,18	0,68	0,00	2,54
Outra opinião	21	3,09	0,70	1,69	4,49
Não souberam responder	15	2,21	0,68	0,85	3,57
Estrato 3					
Deve ser punido com a prisão	91	13,87	2,19	9,47	18,28
Deve receber uma punição mais leve que a prisão	29	4,42	0,85	2,72	6,12
Deve ser obrigado a receber tratamento médico	368	56,10	2,91	50,25	61,94
Não deve ser punido	116	17,68	2,15	13,36	22,00
Indiferentes	21	3,20	0,98	1,24	5,16
Outra opinião	8	1,22	0,55	0,11	2,33
Não souberam responder	23	3,51	0,82	1,86	5,15

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.6 Autoridade responsável pela decisão quanto à legalidade das drogas

Perguntados sobre quem deve decidir quais drogas podem ser consumidas legalmente e quais devem ser proibidas, foram apontados principalmente o governo/Executivo (47,82%) e especialistas da área de saúde (43,68%), seguidos pela sociedade (21,98%) e polícia/Forças Armadas (21,61%).

TABELA 33
Opinião sobre quem deve decidir quais drogas podem ser consumidas legalmente e quais devem ser proibidas

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Governo/Executivo/presidente da República/ministérios	990	47,82	2,52	42,83	52,80
Legislativo/deputados/senadores	250	14,34	1,71	10,96	17,72
Judiciário/juízes/promotores	271	15,63	1,72	12,23	19,03
Polícia/Forças Armadas/Exército	399	21,61	1,87	17,91	25,31
Especialistas da área de saúde/médicos/psicólogos/psiquiatras	786	43,68	2,30	39,14	48,21
Outros especialistas	145	7,81	1,62	4,61	11,00
Líderes religiosos	162	9,33	1,31	6,75	11,92
A sociedade	456	21,98	1,94	18,15	25,81
Ninguém - nenhuma droga deveria ser proibida	34	1,27	0,39	0,51	2,04
Outros	9	0,37	0,15	0,08	0,67
Não souberam responder	134	5,69	0,91	3,90	7,48
Estrato 1					
Governo/Executivo/presidente da República/ministérios	351	50,07	3,53	42,99	57,16
Legislativo/deputados/senadores	63	8,99	1,76	5,45	12,52
Judiciário/juízes/promotores	73	10,41	1,71	6,98	13,85
Polícia/Forças Armadas/Exército	117	16,69	2,36	11,94	21,44
Especialistas da área de saúde/médicos/psicólogos/psiquiatras	206	29,39	3,42	22,51	36,26
Outros especialistas	52	7,42	2,01	3,39	11,45
Líderes religiosos	53	7,56	1,44	4,66	10,46
A sociedade	176	25,11	2,16	20,78	29,44
Ninguém - nenhuma droga deveria ser proibida	15	2,14	0,82	0,49	3,79
Outros	3	0,43	0,24	0,00	0,91
Não souberam responder	51	7,28	1,35	4,57	9,98
Estrato 2					
Governo/Executivo/presidente da República/ministérios	322	47,42	3,64	40,11	54,74
Legislativo/deputados/senadores	108	15,91	2,59	10,71	21,11
Judiciário/juízes/promotores	126	18,56	2,60	13,34	23,78
Polícia/Forças Armadas/Exército	160	23,56	2,83	17,88	29,25
Especialistas da área de saúde/médicos/psicólogos/psiquiatras	312	45,95	3,38	39,15	52,75
Outros especialistas	70	10,31	2,57	5,15	15,47
Líderes religiosos	88	12,96	2,06	8,82	17,10
A sociedade	167	24,60	2,89	18,78	30,41
Ninguém - nenhuma droga deveria ser proibida	5	0,74	0,48	0,00	1,71
Outros	1	0,15	0,15	0,00	0,44
Não souberam responder	27	3,98	0,86	2,26	5,70
Estrato 3					
Governo/Executivo/presidente da República/ministérios	317	48,32	3,24	41,81	54,84
Legislativo/deputados/senadores	79	12,04	1,70	8,62	15,47
Judiciário/juízes/promotores	72	10,98	1,73	7,50	14,45
Polícia/Forças Armadas/Exército	122	18,60	1,92	14,75	22,44
Especialistas da área de saúde/médicos/psicólogos/psiquiatras	268	40,85	2,66	35,51	46,20
Outros especialistas	23	3,51	0,90	1,69	5,32
Líderes religiosos	21	3,20	0,85	1,49	4,91
A sociedade	113	17,23	2,09	13,03	21,43
Ninguém - nenhuma droga deveria ser proibida	14	2,13	0,69	0,76	3,51
Outros	5	0,76	0,33	0,11	1,42
Não souberam responder	56	8,54	2,05	4,42	12,66

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.7 Política Nacional sobre Drogas no Brasil

A grande maioria dos entrevistados não conhece nem ouviu falar sobre a Política Nacional sobre Drogas no Brasil. Entre os 22% que conhecem ou já ouviram falar, 35,31% são favoráveis e 33,77%, desfavoráveis.

TABELA 34
Conhecimento dos respondentes sobre a Política Nacional sobre Drogas do Brasil

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Conhecem	66	3,42	0,59	2,26	4,58
Já ouviram falar	381	18,49	1,44	15,64	21,33
Não conhecem	1.589	78,09	1,66	74,81	81,38
Estrato 1					
Conhecem	17	2,43	0,60	1,22	3,63
Já ouviram falar	145	20,68	2,09	16,49	24,88
Não conhecem	539	76,89	2,30	72,26	81,52
Estrato 2					
Conhecem	19	2,80	0,73	1,34	4,26
Já ouviram falar	140	20,62	1,98	16,63	24,60
Não conhecem	520	76,58	2,10	72,36	80,81
Estrato 3					
Conhecem	30	4,57	1,06	2,45	6,70
Já ouviram falar	96	14,63	2,13	10,35	18,92
Não conhecem	530	80,79	2,91	74,94	86,64

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 35
Apoio à Política Nacional sobre Drogas do Brasil, entre os respondentes que conhecem ou já ouviram falar

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Favoráveis	170	35,31	3,80	27,78	42,84
Desfavoráveis	145	33,77	3,68	26,49	41,05
Indiferentes	53	12,42	2,11	8,24	16,59
Não souberam responder	79	18,50	2,69	13,18	23,83
Estrato 1					
Favoráveis	63	38,89	4,26	30,29	47,49
Desfavoráveis	55	33,95	3,79	26,32	41,59
Indiferentes	14	8,64	2,20	4,20	13,09
Não souberam responder	30	18,52	3,18	12,11	24,92
Estrato 2					
Favoráveis	46	28,93	4,16	20,55	37,32
Desfavoráveis	63	39,62	4,97	29,60	49,64
Indiferentes	15	9,43	2,31	4,77	14,10
Não souberam responder	35	22,01	3,66	14,62	29,40
Estrato 3					
Favoráveis	61	48,41	7,38	33,42	63,40
Desfavoráveis	27	21,43	4,36	12,58	30,28
Indiferentes	24	19,05	4,61	9,70	28,40
Não souberam responder	14	11,11	3,19	4,63	17,60

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.8 Política sobre Maconha do Uruguai

Os participantes demonstraram mais conhecimento sobre a Política sobre Maconha do Uruguai do que sobre a Política de drogas brasileira: 46,2% afirmaram que conhecem ou já ouviram falar. Na zona de fronteira, essa proporção é 73,89%; no estrato 2, 54,93%; e no estrato 3, 28,97%. entre estes, 47,86% manifestaram-se desfavoravelmente à nova lei. A maior proporção de desfavoráveis encontra-se no estrato 1, da zona de fronteira. No estrato de Santa Catarina, o quadro inverte-se, e a proporção de favoráveis é ligeiramente maior que a de desfavoráveis.

TABELA 36
Conhecimento dos respondentes sobre a Política sobre Maconha do Uruguai

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Conhecem	181	5,05	0,79	3,49	6,61
Já ouviram falar	900	41,15	2,61	35,99	46,30
Não conhecem	955	53,80	2,58	48,71	58,90
Estrato 1					
Conhecem	118	16,83	3,33	10,15	23,51
Já ouviram falar	400	57,06	4,15	48,72	65,40
Não conhecem	183	26,11	3,95	18,18	34,04
Estrato 2					
Conhecem	32	4,71	1,07	2,57	6,86
Já ouviram falar	341	50,22	4,02	42,15	58,29
Não conhecem	306	45,07	3,91	37,20	52,93
Estrato 3					
Conhecem	31	4,73	1,20	2,31	7,14
Já ouviram falar	159	24,24	2,19	19,84	28,64
Não conhecem	466	71,04	2,42	66,19	75,89

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 37
Apoio à política uruguaia sobre maconha, entre os respondentes que conhecem ou já ouviram falar

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Favoráveis	276	30,09	2,57	25,00	35,18
Desfavoráveis	593	47,86	2,99	41,94	53,78
Indiferentes	138	13,48	1,74	10,04	16,93
Não souberam responder	74	8,57	1,23	6,13	11,01
Estrato 1					
Favoráveis	99	19,11	2,17	14,75	23,48
Desfavoráveis	337	65,06	2,49	60,04	70,07
Indiferentes	62	11,97	1,80	8,34	15,59
Não souberam responder	20	3,86	0,91	2,02	5,70
Estrato 2					
Favoráveis	107	28,69	3,22	22,19	35,18
Desfavoráveis	189	50,67	3,69	43,23	58,11
Indiferentes	51	13,67	2,19	9,26	18,09
Não souberam responder	26	6,97	1,32	4,31	9,63
Estrato 3					
Favoráveis	70	36,84	4,34	28,13	45,56
Desfavoráveis	67	35,26	5,00	25,23	45,30
Indiferentes	25	13,16	3,03	7,08	19,24
Não souberam responder	28	14,74	3,30	8,11	21,37

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.9 Consequências da nova política uruguaia sobre a segurança

Sobre as consequências da nova política uruguaia para a segurança na cidade, cerca de metade dos respondentes dos estratos do Rio Grande do Sul apontaram que houve piora. No estrato de Santa Catarina, apenas 10,53% perceberam que houve piora em decorrência da nova política.

Em geral, o aumento da quantidade de roubos e furtos é apontado como o principal fator da piora da segurança, seguido pelo aumento de agressões físicas e homicídios e pelo aumento do consumo de maconha em espaços públicos. Na zona de fronteira (estrato 1), o consumo de maconha em espaços públicos aparece como segundo maior fator de insegurança, antes mesmo das agressões físicas e homicídios.

TABELA 38
Percepção da consequência da nova política uruguaia sobre maconha na segurança da cidade de residência, entre os respondentes que conhecem ou já ouviram falar

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Houve melhora	17	0,96	0,36	0,25	1,67
Houve piora	454	41,17	3,20	34,85	47,50
Ficou como estava	425	45,09	2,98	39,19	50,98
Não souberam responder	185	12,78	2,01	8,80	16,76
Estrato 1					
Houve melhora	11	2,12	0,78	0,55	3,70
Houve piora	247	47,68	3,37	40,90	54,47
Ficou como estava	146	28,19	2,66	22,82	33,55
Não souberam responder	114	22,01	3,56	14,85	29,17
Estrato 2					
Houve melhora	2	0,54	0,38	0,00	1,30
Houve piora	187	50,13	4,15	41,76	58,50
Ficou como estava	140	37,53	3,70	30,07	45,00
Não souberam responder	44	11,80	2,53	6,69	16,90
Estrato 3					
Houve melhora	4	2,11	0,97	0,16	4,05
Houve piora	20	10,53	2,48	5,55	15,50
Ficou como estava	139	73,16	4,18	64,76	81,55
Não souberam responder	27	14,21	3,47	7,25	21,17

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 39
Percepção do modo como ocorreu a piora na segurança da cidade a partir da nova política uruguaia sobre maconha, entre aqueles que percebem que houve piora

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Aumento da quantidade de roubos e furtos	349	82,48	3,05	76,42	88,54
Aumento da quantidade de pessoas vítimas de agressões físicas e homicídios	225	58,52	4,42	49,76	67,29
Aumento da quantidade de ameaças	129	33,46	6,08	21,40	45,52
Aumento do número de prisões	112	26,45	5,98	14,59	38,32
Aumento do consumo de maconha em espaços públicos	267	57,06	6,33	44,49	69,62
Outro motivo	7	2,24	0,94	0,36	4,11
Não souberam responder	6	1,04	0,67	0,00	2,36

(Continua)

(Continuação)

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Estrato 1					
Aumento da quantidade de roubos e furtos	179	72,47	4,77	62,87	82,07
Aumento da quantidade de pessoas vítimas de agressões físicas e homicídios	104	42,11	5,58	30,87	53,34
Aumento da quantidade de ameaças	59	23,89	5,80	12,21	35,56
Aumento do número de prisões	57	23,08	6,03	10,92	35,23
Aumento do consumo de maconha em espaços públicos	149	60,32	5,85	48,54	72,11
Outro motivo	2	0,81	0,58	0,00	1,97
Não souberam responder	4	1,62	0,79	0,04	3,20
Estrato 2					
Aumento da quantidade de roubos e furtos	158	84,49	3,26	77,90	91,08
Aumento da quantidade de pessoas vítimas de agressões físicas e homicídios	114	60,96	4,89	51,08	70,85
Aumento da quantidade de ameaças	64	34,22	6,77	20,53	47,92
Aumento do número de prisões	50	26,74	6,67	13,24	40,23
Aumento do consumo de maconha em espaços públicos	106	56,68	7,03	42,46	70,91
Outro motivo	4	2,14	1,01	0,10	4,18
Não souberam responder	2	1,07	0,75	0,00	2,58
Estrato 3					
Aumento da quantidade de roubos e furtos	12	60,00	11,62	35,08	84,92
Aumento da quantidade de pessoas vítimas de agressões físicas e homicídios	7	35,00	11,18	11,02	58,98
Aumento da quantidade de ameaças	6	30,00	13,36	1,35	58,65
Aumento do número de prisões	5	25,00	9,15	5,38	44,62
Aumento do consumo de maconha em espaços públicos	12	60,00	12,51	33,17	86,83
Outro motivo	1	5,00	5,14	0,00	16,02
Não souberam responder	0				

Fonte: Dados da pesquisa.

A percepção sobre as consequências da nova política sobre a segurança no Uruguai é um pouco mais otimista, com 7,49% de afirmações de que houve melhora e 17,72% de afirmações de que houve piora. A percepção é menos otimista nos estratos do Rio Grande do Sul.

O consumo público de maconha aparece como o principal fator de insegurança a explicar a piora da segurança no território uruguaio, de acordo com 72,19% entre aqueles que percebem piora. O segundo motivo de insegurança apontado é o aumento de roubos e furtos.

TABELA 40
Percepção da consequência da nova política uruguaia sobre maconha na segurança em território uruguaio, entre os respondentes que conhecem ou já ouviram falar

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Houve melhora	83	7,49	1,18	5,16	9,82
Houve piora	224	17,72	2,83	12,12	23,32
Ficou como estava	189	15,37	1,70	12,02	18,72
Não souberam responder	585	59,42	3,41	52,68	66,16
Estrato 1					
Houve melhora	36	6,95	1,41	4,11	9,79
Houve piora	131	25,29	3,00	19,24	31,34
Ficou como estava	104	20,08	1,67	16,72	23,43
Não souberam responder	247	47,68	3,35	40,94	54,43

(Continua)

(Continuação)

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Estrato 2					
Houve melhora	21	5,63	1,26	3,09	8,17
Houve piora	72	19,30	3,76	11,72	26,88
Ficou como estava	57	15,28	2,11	11,02	19,54
Não souberam responder	223	59,79	4,42	50,88	68,69
Estrato 3					
Houve melhora	26	13,68	2,92	7,82	19,55
Houve piora	21	11,05	2,83	5,36	16,74
Ficou como estava	28	14,74	3,07	8,56	20,91
Não souberam responder	115	60,53	4,76	50,96	70,09

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 41

Percepção do modo como ocorreu a piora na segurança do Uruguai a partir da nova política uruguaia sobre maconha, entre aqueles que percebem que houve piora

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Aumento da quantidade de roubos e furtos	124	49,65	4,85	39,98	59,31
Aumento da quantidade de pessoas vítimas de agressões físicas e homicídios	74	32,96	6,28	20,46	45,46
Aumento da quantidade de ameaças	44	17,29	6,26	4,82	29,77
Aumento do número de prisões	39	16,88	6,61	3,71	30,05
Aumento do consumo de maconha em espaços públicos	154	72,19	4,98	62,28	82,11
Outro motivo	5	4,04	1,99	0,07	8,01
Não souberam responder	15	5,75	2,14	1,48	10,01
Estrato 1					
Aumento da quantidade de roubos e furtos	79	60,31	5,60	48,97	71,64
Aumento da quantidade de pessoas vítimas de agressões físicas e homicídios	45	34,35	6,01	22,19	46,51
Aumento da quantidade de ameaças	28	21,37	5,82	9,60	33,15
Aumento do número de prisões	24	18,32	5,80	6,58	30,06
Aumento do consumo de maconha em espaços públicos	87	66,41	5,69	54,91	77,92
Outro motivo	1	0,76	0,78	0,00	2,33
Não souberam responder	9	6,87	2,52	1,77	11,97
Estrato 2					
Aumento da quantidade de roubos e furtos	36	50,00	5,85	37,90	62,10
Aumento da quantidade de pessoas vítimas de agressões físicas e homicídios	26	36,11	7,71	20,16	52,07
Aumento da quantidade de ameaças	12	16,67	7,70	0,74	32,59
Aumento do número de prisões	13	18,06	8,27	0,95	35,16
Aumento do consumo de maconha em espaços públicos	53	73,61	5,99	61,22	86,00
Outro motivo	3	4,17	2,35	0,00	9,02
Não souberam responder	3	4,17	2,27	0,00	8,87
Estrato 3					
Aumento da quantidade de roubos e furtos	9	42,86	9,93	21,40	64,32
Aumento da quantidade de pessoas vítimas de agressões físicas e homicídios	3	14,29	8,99	0,00	33,70
Aumento da quantidade de ameaças	4	19,05	7,21	3,46	34,63
Aumento do número de prisões	2	9,52	5,93	0,00	22,32
Aumento do consumo de maconha em espaços públicos	14	66,67	10,42	44,16	89,17
Outro motivo	1	4,76	4,95	0,00	15,45
Não souberam responder	3	14,29	8,17	0,00	31,94

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.10 Campanhas de conscientização

Por fim, os entrevistados foram perguntados se viram ou ouviram recentemente alguma campanha de conscientização sobre o consumo de drogas (álcool, tabaco e outras drogas). As campanhas foram mais lembradas nos estratos do Rio Grande do Sul, relativamente a Santa Catarina, onde 42,99% das pessoas afirmaram não ter visto nenhuma campanha.

TABELA 42
Campanhas de conscientização sobre o consumo de drogas vistas pelos respondentes no período próximo recente à pesquisa

	Número de casos	%	EP	IC 95%	
Campanhas sobre bebidas alcoólicas	1.065	52,19	2,13	47,99	56,40
Campanhas sobre cigarro/charuto/cachimbo/tabaco/nicotina	959	44,68	2,60	39,55	49,82
Campanhas sobre o consumo de outras drogas	988	48,71	2,06	44,64	52,77
Nenhuma campanha	700	33,37	2,08	29,25	37,48
Estrato 1					
Campanhas sobre bebidas alcoólicas	392	55,92	2,44	51,02	60,82
Campanhas sobre cigarro/charuto/cachimbo/tabaco/nicotina	379	54,07	3,22	47,60	60,53
Campanhas sobre o consumo de outras drogas	386	55,06	3,17	48,69	61,43
Nenhuma campanha	229	32,67	2,73	27,17	38,16
Estrato 2					
Campanhas sobre bebidas alcoólicas	387	57,00	2,81	51,34	62,65
Campanhas sobre cigarro/charuto/cachimbo/tabaco/nicotina	321	47,28	3,80	39,65	54,90
Campanhas sobre o consumo de outras drogas	398	58,62	2,88	52,83	64,41
Nenhuma campanha	189	27,84	2,92	21,98	33,69
Estrato 3					
Campanhas sobre bebidas alcoólicas	286	43,60	3,43	36,71	50,48
Campanhas sobre cigarro/charuto/cachimbo/tabaco/nicotina	259	39,48	3,16	33,14	45,83
Campanhas sobre o consumo de outras drogas	204	31,10	2,83	25,41	36,79
Nenhuma campanha	282	42,99	2,91	37,14	48,84

Fonte: Dados da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. H.; CARVALHO, H. M. C. P.; GONGORA, M. A. N. O comportamento de perceber na perspectiva bahaviorista radical. *In*: WIELENSKA, R. C. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**: desafios, soluções e questionamentos. Santo André: ESETec Editores Associados, 2009. v. 23, p. 470-479.

CUNHA, A. S. *et al.* **Monitoramento dos efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de *cannabis* sobre a zona de fronteira**: percepção das autoridades de segurança e atores do sistema de justiça criminal. Brasília: Ipea, 2016. (Relatório de pesquisa).

DIAS NETO, T. **Segurança urbana**: o modelo da nova prevenção. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FERREIRA, H. R. S.; MARCIAL, E. C. **Violência e segurança pública em 2023**: cenários exploratórios e planejamento prospectivo. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

NEVES, A. *et al.* **Segurança pública nas fronteiras**. Brasília: Senasp/MJC, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-3/sumario-executivo_final.pdf>.

TONRY, M. **Thinking about crime**: sense and sensibility in American penal culture. Oxford University Press, 2004. 272 p.

VASCONCELLOS, M. T. L.; SILVA, P. L. N.; SZWARCWALD, C. L. Sampling design for the world health survey in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n.1, p. 89-99, 2005.

ZACKSESKI, C.; DUARTE, E. P. Garantismo e eficientismo penal: dissenso e convergência nas políticas de segurança urbana. *In*: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 21, 2012, Universidade Federal de Uberlândia. **Anais**... Uberlândia: Fundação Boiteux, 2012. p. 7112-7143.

ZAFFARONI, E. R. **A palavra dos mortos**: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012. v.1.

ANEXO A

QUADRO A.1
Setores censitários selecionados no primeiro estágio para os municípios pertencentes ao estrato fronteira Rio Grande do Sul com Uruguai

Código do setor do IBGE	Município
430003425000001	Aceguá
430160205000133	Bagé
430160205000100	Bagé
430160205000015	Bagé
430160205000095	Bagé
430160205000046	Bagé
430160205000089	Bagé
430160205000111	Bagé
430160205000031	Bagé
430160205000050	Bagé
430160205000147	Bagé
430160205000045	Bagé
430160205000019	Bagé
430160205000085	Bagé
430187505000002	Barra do Quaraí
430660105060002	Dom Pedrito
430660105060026	Dom Pedrito
430710405000006	Herval
431100705000003	Jaguarço
431100705000010	Jaguarço
431100705000039	Jaguarço
431100705000029	Jaguarço
431100705000038	Jaguarço
431417510000005	Pedras Altas
431530505000038	Quaraí
431530505000014	Quaraí
431730105000022	Santa Vitória do Palmar
431730105000007	Santa Vitória do Palmar
431730105000011	Santa Vitória do Palmar
431710305000145	Sant'Ana do Livramento
431710308000005	Sant'Ana do Livramento
431710305000059	Sant'Ana do Livramento
431710305000033	Sant'Ana do Livramento
431710305000146	Sant'Ana do Livramento
431710305000078	Sant'Ana do Livramento
431710305000134	Sant'Ana do Livramento
431710305000017	Sant'Ana do Livramento
431710305000142	Sant'Ana do Livramento
431710305000046	Sant'Ana do Livramento
431710305000075	Sant'Ana do Livramento
431710305000136	Sant'Ana do Livramento
432240025000001	Uruguaiana
432240030000007	Uruguaiana
432240005000022	Uruguaiana
432240005000099	Uruguaiana
432240005000003	Uruguaiana
432240005000107	Uruguaiana
432240005000028	Uruguaiana
432240005000108	Uruguaiana
432240005000106	Uruguaiana
432240005000102	Uruguaiana

Fonte: Dados da pesquisa.
Obs.: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ANEXO B

QUADRO B.1
Setores censitários selecionados no primeiro estágio para os municípios pertencentes ao estrato não fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai

Código do setor do IBGE	Município
430040605090009	Alegrete
430060405080007	Alvorada
430080205000019	Antônio prado
430210505000015	Bento Gonçalves
430280805000012	Caçapava do Sul
430300405000106	Cachoeira do Sul
430300405000030	Cachoeira do Sul
430300405000046	Cachoeira do Sul
430310305000204	Cachoeirinha
430350905000070	Camaquã
430350905000032	Camaquã
430390505000047	Campo Bom
430510815000001	Caxias do Sul
430520705000005	Cerro Largo
430537105000008	Charrua
430545405000004	Cidreira
430585005000001	Coqueiros do Sul
430607205000007	Cristal do Sul
430610605000067	Cruz Alta
430676705000024	Eldorado do Sul
430700505000071	Erechim
430770805200009	Esteio
430910005000041	Gramado
431020707000001	Ijuí
431030605000011	Ilópolis
431033005000020	Imbé
431140305000088	Lajeado
431270805000007	Nonoai
431306005000002	Nova Hartz
431340905000250	Novo Hamburgo
431340905000273	Novo Hamburgo
431410005030005	Passo Fundo
431440705180073	Pelotas
431490205000554	Porto Alegre
431490205001730	Porto Alegre
431490205001700	Porto Alegre
431560205160003	Rio Grande
431690705130042	Santa Maria
432000805000050	Sapucaia do Sul
432000805000001	Sapucaia do Sul
431870505000179	São Leopoldo
431870505000118	São Leopoldo
431880405000018	São Lourenço do Sul
431940605000008	São Pedro do Sul
431950505000006	São Sebastião do Caí
432040405000056	Serafina Corrêa
432090905000004	Tapejara
432160025000016	Tramandaí
432185710000001	Três Palmeiras
432190705000024[1]	Três Palmeiras
432300205000051	Viamão

Fonte: Dados da pesquisa.
Nota: [1] Setor perdido por impossibilidade dos pesquisadores de campo em realizar a pesquisa.
Obs.: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ANEXO C

QUADRO C.1
Setores censitários selecionados no primeiro estágio para os municípios pertencentes ao estrato Santa Catarina

Código do setor do IBGE	Município
420110905000007	Anitápolis
420200805000188	Balneário Camboriú
420200805000148	Balneário Camboriú
420240405000229	Blumenau
420240405000084	Blumenau
420240415000076	Blumenau
420340205000001	Campo Belo do Sul
420380805000036	Canoinhas
420420205000160	Chapecó
420460805000204	Criciúma
420460805000232	Criciúma
420460815000034	Criciúma
420460805000125	Criciúma
420540705000060	Florianópolis
420540705000277	Florianópolis
420540712000026	Florianópolis
420540705000177	Florianópolis
420540705000193	Florianópolis
420540740000023	Florianópolis
420540740000005	Florianópolis
420700705000015	Içara
420820305000236	Itajaí
420840105000020	Itapiranga
420890605000002	Jaraguá do Sul
420900305000021	Joaçaba
420900305000031	Joaçaba
420910205000440	Joinville
420910210000023	Joinville
420910205000139	Joinville
420910205000305	Joinville
421080305000006	Meleiro
421120705000005	Morro da Fumaça
421190005000054	Palhoça
421190005000115	Palhoça
421190005000082	Palhoça
421190005000020	Palhoça
421250205000034	Penha
421290805000022	Pinhalzinho
421320305000016	Pomerode
421380705000008	Praia Grande
421565305000010	Santa Rosa do Sul
421580205000011	São Bento do Sul
421620605000036	São Francisco do Sul
421630505000019	São João Batista
421660210000025	São José
421660210000075	São José
421660210000094	São José
421700605000020	São Ludgero
421720405000037	São Miguel do Oeste
421800405000004	Tijucas
421885505000002	União do Oeste

Fonte: Dados da pesquisa.
Obs.: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ANEXO D

QUADRO D.1
Questionário

Perfil socioeconômico	
1	Qual sua idade (em anos completos)?
2	Sexo (ANOTE SEM PERGUNTAR) 1. Masculino 2. Feminino
3	Qual o seu nível de escolaridade? (ESPONTÂNEA. SE NECESSÁRIO, LEIA AS OPÇÕES) 1. Até 4ª série do 1° grau (Primário) 2. De 5ª a 8ª série do 1° grau (Ginasial) 3. 2° grau completo ou incompleto (Colegial) 4. Superior incompleto 5. Superior completo ou pós-graduação 6. Sem escolarização
4	Qual sua cor ou raça? (ESPONTÂNEO. SE NECESSÁRIO, LEIA AS OPÇÕES) 1. Branca 2. Amarela 3. Indígena 4. Preta/Negra 5. Parda/Morena 6. Não sabe 7. Prefere não responder
5	Qual a sua situação conjugal ou seu estado civil? (ESPONTÂNEO. SE NECESSÁRIO, LEIA AS OPÇÕES) 1. Solteiro 2. Casado 3. Convivente em união estável 4. Separado/Desquitado/Divorciado 5. Viúvo 6. Não sabe 7. Prefere não responder
6	Em qual faixa de renda, aproximadamente, encontra-se a renda total bruta de sua família no último mês, somando-se todas as fontes (como salários, horas extras, rendas de aluguéis, de todos que moram na casa)? (MOSTRAR CARTÃO PARA O ENTREVISTADO – ANEXO A) 1. Até 2 salários mínimos (até R$.1760,00) 2. + de 2 a 5 salários mínimos (+ de R$1.760,00 a R$ 4.400,00) 3. + de 5 a 10 salários mínimos (+ de R$ 4.400,00 a R$ 8.800,00) 4. + de 10 a 20 salários mínimos (+ de R$8.800,00 a R$ 17.600,00) 5. Acima de 20 salários mínimos (+ de 17.600,00)
7	Quantas pessoas moram aqui nesta casa? (INCLUINDO O ENTREVISTADO)
8	Há nesta casa crianças e adolescentes em idade escolar? 1. Sim 2. Não
9	Quais as suas principais fontes de informação? (ESPONTÂNEA – NÃO LEIA AS OPÇÕES – E MÚLTIPLA ESCOLHA – MARCAR OS ITENS QUE O ENTREVISTADO INDICAR COMO PRINCIPAIS) 1. Internet 2. Televisão 3. Jornais impressos 4. Revistas 5. Rádio 6. Outros (ANOTAR NO TEXTO)

(Continua)

(Continuação)

10	Qual a sua religião? (ESPONTÂNEA – NÃO LEIA AS OPÇÕES - (CONSULTAR O anexo B) – GRUPOS DE RELIGIÃO E RELIGIÕES – E MARCAR O GRUPO CORRESPONDENTE À RELIGIÃO INFORMADA) 00 Sem religião 11 Católica apostólica romana 12 Católica apostólica brasileira 13 Católica ortodoxa 14 Ortodoxa cristã 19 Outras católicas 21 Evangélica de missão luterana 22 Evangélica de missão presbiteriana 23 Evangélica de missão metodista 24 Evangélica de missão batista 25 Evangélica de missão congregacional 26 Evangélica de missão adventista 27 Evangélica de missão episcopal anglicana 28 Evangélica de missão menonita 30 Exército da Salvação 31 Evangélica de origem pentecostal assembleia de Deus 32 Evangélica de origem pentecostal congregação cristã do brasil 33 Evangélica de origem pentecostal o Brasil para cristo 34 Evangélica de origem pentecostal evangelho quadrangular 35 Evangélica de origem neopentecostal Universal do Reino de Deus 36 Evangélica de origem pentecostal Casa da Bênção 37 Evangélica de origem pentecostal Casa de Oração 38 Evangélica de origem pentecostal Deus é Amor 39 Evangélica de origem neopentecostal Maranata 40 Evangélica renovada não determinada 42 Evangélica de origem pentecostal comunidade cristã 43 Evangélica de origem pentecostal Nova Vida 44 Evangélica de origem pentecostal comunidade evangélica 45 Outras igrejas evangélicas de origem pentecostal 46 Evangélica de origem pentecostal Avivamento Bíblico 47 Evangélica de origem pentecostal Cadeia da Prece 48 Evangélica de origem pentecostal Igreja do Nazareno 49 Evangélica não determinada 51 Igreja de Jesus Cristo dos santos dos últimos dias 52 Evangelicos testemunha de Jeová 53 Lbv/religião de deus 59 Espiritualista 61 Espírita 62 Umbanda 63 Candomblé 64 Outras declarações de religiosidade afro-brasileira 71 Judaísmo 74 Hinduísmo 75 Budismo 76 Novas religiões orientais 79 Outras religiões orientais 81 Islamismo 82 Tradições esotéricas 83 Tradições indígenas 85 Religiosidade cristã não determinada 89 Não determinada e múltiplo pertencimento 99 Não sabiam e sem declaração
11	Com que frequência você vai a espaços religiosos? (LEIA AS OPÇÕES) 1. Uma vez por semana ou mais (sempre) 2. Menos de que uma vez por semana (raramente / muito pouco) 3. Nunca 4. Não sei responder
Percepção sobre segurança e vitimização	
12	O quanto você se sente seguro em sua cidade? Atribua uma nota, em uma escala de 0 a 10, em que 0 é totalmente inseguro e 10 é totalmente seguro.
13	No último ano, você considera que a segurança na sua cidade (LEIA AS OPÇÕES): 1. Melhorou 2. Piorou 3. Ficou como estava 4. Não sei responder
14	Você ou alguém que vive em sua casa foi vítima de roubo ou furto no último ano (nesta cidade)? (LEIA AS OPÇÕES) 1. Sim, em casa 2. Sim, em locais públicos 3. Não
15	Você ou alguém que vive ou vivia em sua casa foi vítima de agressão física ou vítima de homicídio no último ano (nesta cidade)? (LEIA AS OPÇÕES) 1. Sim, em casa 2. Sim, em locais públicos 3. Não

(Continua)

(Continuação)

16	Você ou alguém que vive em sua casa sofreu alguma ameaça no último ano (nesta cidade)? (LEIA AS OPÇÕES) 1. Sim, em casa 2. Sim, em locais públicos 3. Não
17	Alguém que vive em sua casa esteve preso ou apreendido no último ano? (ESPONTÂNEA) 1. Sim 2. Não 3. Prefere não responder
18	Você já esteve no país Uruguai? (ESPONTÂNEA) 1. Sim 2. Não
19	Você considera o Uruguai um país seguro? (ESPONTÂNEA) 1. Sim 2. Não 3. Não sabe responder
Percepção sobre o problema das drogas	
20	Você ou alguém que vive em sua casa consome bebida alcóolica? (LEIA AS OPÇÕES. CONSIDERAR O PADRÃO DE CONSUMO DO MORADOR QUE CONSOME COM MAIOR FREQUENCIA) 1. Não (VÁ PARA A QUESTÃO 22) 2. Sim, todos os dias (muito frequentemente) 3. Sim, de 1 a 4 vezes por semana (frequentemente) 4. Sim, de 1 a 3 vezes por mês (ocasionalmente) 5. Sim, menos de 1 vez por mês (raramente) 6. Prefere não responder
21	Se respondeu sim à questão anterior, você considera que esse consumo põe em risco a saúde e/ou a segurança das pessoas que vivem em sua casa ou a sua própria? (LEIA AS OPÇÕES) 1. Não 2. Sim, a saúde 3. Sim, a segurança 4. Sim, a saúde e a segurança
22	Você ou alguém que vive em sua casa fuma cigarro, charuto ou cachimbo (de tabaco)? (LEIA AS OPÇÕES. CONSIDERAR O PADRÃO DE CONSUMO DO MORADOR QUE CONSOME COM MAIOR FREQUENCIA) 1. Não (VÁ PARA A QUESTÃO 24) 2. Sim, diariamente 3. Sim, menos que diariamente 4. Prefere não responder
23	Se respondeu sim à questão anterior, você considera que esse consumo põe em risco a saúde e/ou a segurança das pessoas que vivem em sua casa ou a sua própria? (LEIA AS OPÇÕES) 1. Não 2. Sim, a saúde 3. Sim, a segurança 4. Sim, a saúde e a segurança
24	Você já presenciou o consumo de alguma das substâncias a seguir? (MÚLTIPLA ESCOLHA. LEIA AS OPÇÕES. SE RESPONDER NÃO PARA TODAS, ASSINALE "NENHUMA DAS ANTERIORES") 1. Anfetamina/rebite/boleta 2. Benzina/solventes 3. Cocaína 4. Cola 5. Cogumelos 6. *Crack* 7. *Ecstasy*/ MDMA 8. Esteroides/anabolizantes 9. Heroína 10. Lança perfume 11. LSD/ácido 12. Maconha/haxixe 13.Tranquilizantes/ Calmantes 14. Outras drogas (ANOTAR NO TEXTO) 15. Nenhuma das anteriores (VÁ PARA A QUESTÃO 26) 16. Prefere não responder (VÁ PARA A QUESTÃO 26) Outras: _____
25	Se presenciou o uso de alguma das substâncias da questão anterior, em quais locais este ocorreu? (MÚLTIPLA ESCOLHA. LEIA AS OPÇÕES) 1. Em sua casa 2. Na casa de amigos ou conhecidos 3. Na escola 4. Na universidade 5. Nos bares 6. Na praça 7. Em boates, clubes, espaços de festas 8. Na rua 9. Na praia 10. Outros (ANOTAR NO TEXTO) Outro: _____

(Continua)

(Continuação)

26	Você considera que é fácil conseguir drogas proibidas na sua cidade? (ESPONTÂNEA) 1. Sim 2. Não 3. Não sabe responder 4. Prefere não responder
27	Qual das afirmações abaixo mais se aproxima de sua opinião sobre o tráfico de drogas? (LEIA AS OPÇÕES): 1. O tráfico de drogas deve ser punido com pena de morte 2. O tráfico de drogas deve ser punido com prisão 3. O tráfico de drogas deve receber uma punição mais leve que a prisão 4. O tráfico de drogas não deve ser considerado crime 5. O tráfico deveria ser combatido com a legalização das drogas 6. Tenho outra opinião (ANOTAR NO TEXTO) 7. Sou indiferente 8. Não sei responder Outra: _____
28	Você é a favor da legalização do uso da maconha para fins recreativos ou medicinais? (LEIA AS OPÇÕES) 1. Sim, para fins recreativos 2. Sim, para fins medicinais 3. Sim, para fins recreativos e medicinais 4. Não (VÁ PARA QUESTÃO 30) 5. Sou indiferente (VÁ PARA QUESTÃO 30) 6. Não sei responder (VÁ PARA QUESTÃO 30) 7. Prefere não responder (VÁ PARA QUESTÃO 30)
29	Se você é a favor da legalização, como você acha que o usuário poderia ter acesso à maconha? (MÚLTIPLA ESCOLHA. LEIA AS OPÇÕES) 1. Comprando em farmácias 2. Comprando em estabelecimentos autorizados/regulados pelo governo 3. Plantando em associação com outros usuários (clubes de usuários) 4. Plantando para seu próprio consumo (autocultivo) 5. Comprando no tráfico ilegal 6. Não deveria ter acesso em nenhuma hipótese 7. Outra maneira (ANOTAR NO TEXTO) Outro: _____
30	Na sua opinião, o usuário recreativo de maconha: (LEIA AS OPÇÕES) 1. Deve ser punido com a prisão 2. Deve receber uma punição mais leve que a prisão 3. Deve ser obrigado a receber tratamento médico 4. Não deve ser punido 5. Sou indiferente 6. Tenho outra opinião (ANOTAR NO TEXTO) 7. Não sei responder Outro: _____
31	Na sua opinião, quem deve decidir quais drogas podem ser consumidas legalmente e quais devem ser proibidas? (MÚLTIPLA ESCOLHA. LEIA AS ALTERNATIVAS) 1. Governo/Executivo/Presidente da República/Ministérios 2. Legislativo/Deputados/Senadores 3. Judiciário/Juízes/Promotores 4. Polícia/Forças armadas/Exército 5. Especialistas da área de saúde/médicos/psicólogos/psiquiatras 6. Outros especialistas 7. Líderes religiosos 8. A sociedade 9. Ninguém, nenhuma droga deveria ser proibida 10. Outros (ANOTAR NO TEXTO) 11. Não sei responder Outro: _____
32	Você conhece ou já ouviu falar sobre a Política Nacional sobre Drogas do Brasil? (LEIA AS OPÇÕES) 1. Sim, conhece 2. Sim, já ouviu falar 3. Não (VÁ PARA QUESTÃO 34)
33	Se você conhece ou já ouviu falar sobre política brasileira sobre drogas, você é: (LEIA AS OPÇÕES) 1. Favorável 2. Desfavorável 3. Indiferente 4. Não sabe responder
34	Você conhece ou já ouviu falar sobre a nova Política sobre Maconha do Uruguai? (LEIA AS OPÇÕES) 1. Sim, conhece 2. Sim, já ouviu falar 3.Não (VÁ PARA QUESTÃO 40)
35	Se você conhece ou já ouviu falar sobre a nova política uruguaia sobre maconha, você é? (LEIA AS OPÇÕES) 1. Favorável 2. Desfavorável 3. Indiferente 4. Não sabe responder

(Continua)

(Continuação)

36	Com a nova política uruguaia sobre maconha, você considera que a segurança na sua cidade: (LEIA AS OPÇÕES) 1. Melhorou (VÁ PARA QUESTÃO 38) 2. Piorou 3. Ficou como estava (VÁ PARA QUESTÃO 38) 4. Não sei responder (VÁ PARA QUESTÃO 38)
37	Se a segurança em sua cidade piorou, como você percebeu essa piora? (MÚLTIPLA ESCOLHA. LEIA AS OPÇÕES) 1. Aumentou a quantidade de roubos e furtos 2. Aumentou a quantidade de pessoas vítimas de agressões físicas e homicídios 3. Aumentou a quantidade de ameaças 4. Aumentou o número de prisões 5. Aumentou o consumo de maconha em espaços públicos 6. Outro motivo (ANOTAR NO TEXTO) 7. Não sei responder Outro: _____
38	Com a nova política uruguaia sobre maconha, você considera que a segurança no Uruguai: (LEIA AS OPÇÕES) 1. Melhorou (VÁ PARA QUESTÃO 40) 2. Piorou 3. Ficou como estava (VÁ PARA QUESTÃO 40) 4. Não sei responder (VÁ PARA QUESTÃO 40)
39	Se a segurança no Uruguai piorou, como você percebeu essa piora? (MÚLTIPLA ESCOLHA. LEIA AS OPÇÕES) 1. Aumentou a quantidade de roubos e furtos 2. Aumentou a quantidade de pessoas vítimas de agressões físicas e homicídios 3. Aumentou a quantidade de ameaças 4. Aumentou o número de prisões 5. Aumentou o consumo de maconha em espaços públicos 6. Outro motivo (ANOTAR NO TEXTO) 7. Não sei responder Outro: _____
40	Você viu ou ouviu recentemente alguma campanha de conscientização sobre o consumo de drogas? (MÚLTIPLA ESCOLHA. LEIA AS OPÇÕES) 1. Sim, sobre o consumo de bebidas alcoólicas 2. Sim, sobre o consumo de cigarro/charuto/cachimbo/tabaco/nicotina 3. Sim, sobre o consumo de outras drogas 4. Não

Fonte: Dados da pesquisa.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Andrea Bossle de Abreu

Revisão
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Elaine Oliveira Couto
Luciana Nogueira Duarte
Mariana Silva de Lima
Vivian Barros Volotão Santos
Cynthia Neves Guilhon (estagiária)
Madjory de Almeida Pereira (estagiária)

Editoração eletrônica
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Glaucia Soares Nascimento (estagiária)

Capa
Danielle de Oliveira Ayres
Flaviane Dias de Sant'ana

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026 5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 11,5/13,8 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

BRASIL
GOVERNO FEDERAL